



O estatuto da formalização na psicanálise lacaniana e seus desdobramentos¹

The statute of formalization in Lacanian psychoanalysis and its consequences

Pedro Henrique Bedin Affonso²

Resumo: O ensino de Lacan é caracterizado pelo recurso a diversos campos do saber, tais como a filosofia, a linguística e a lógica, em sua tentativa de estabelecer os fundamentos que poderiam sustentar a psicanálise como uma práxis e permitir sua constituição como um saber transmissível. A opção metodológica pelo recurso à formalização e, posteriormente, à topologia, configura um importante fator epistemológico que delimita o campo de investigação próprio da psicanálise lacaniana. A discussão acerca do estatuto da formalização e do emprego da topologia na psicanálise remete às questões da concepção de modelo e da metalinguagem em oposição à noção de estrutura, da suposta incompatibilidade entre formalismo e corporeidade, da temporalidade do ato analítico e da relação entre topologia e ética na direção do tratamento.

Palavras-chave: Psicanálise, Lacan, Formalização, Matema, Topologia, Ética.

Abstract: Lacan's teaching is characterized by the use of various fields of knowledge, such as philosophy, linguistics and logic, in his attempt to establish the foundations that could sustain psychoanalysis as a praxis and allow its constitution as a transmissible knowledge. The methodological option to use formalization as a resource and, later, also topology, configures an important epistemological factor that delimits the field of investigation proper to Lacanian psychoanalysis. The discussion about the status of formalization and the use of topology in psychoanalysis refers to the questions of model conception and metalanguage as opposed to the notion of structure, the supposed incompatibility between formalism and corporeality, the temporality of the analytical act and the relationship between topology and ethics in the direction of treatment.

Keywords: Psychoanalysis, Lacan, Formalization, Matheme, Topology, Ethics.

A hipótese do inconsciente elaborada por Freud e retomada por Lacan introduz na razão ocidental um sujeito cindido, marcado pela impossibilidade de dizer toda a verdade sobre seu desejo inconsciente, fundamentalmente interdito e submetido ao mecanismo do recalque. Mais do que uma terceira ferida narcísica para a humanidade, precedida pelo heliocentrismo de Copérnico e pelo evolucionismo

de Darwin, a hipótese do inconsciente introduz um novo regime de determinação no pensamento ocidental, diferente da causalidade natural, biológica, mas também irreduzível à consciência, tal como elaborada por Kant em sua razão prática (PEREZ, 2012).

Apesar da radicalidade da obra de Freud e de sua determinação para desenvolvê-la em uma época na qual abordar questões como a sexualidade infantil e a perversão generalizada lhe rendeu grande censura por parte da comunidade médica da qual fazia parte, podemos dizer que é com a releitura de Lacan da invenção freudiana que a hipótese do inconsciente pôde ser levada às últimas consequências, justamente ao extrair o estatuto do sujeito cindido³ que nela se implica. Nas palavras de Lacan, a psicanálise não é uma visão de mundo, tampouco “uma filosofia que pretenda dar a chave do universo. Ela é comandada por uma visão particular, que é historicamente definida pela elaboração da noção de sujeito. Ela coloca essa noção de modo novo, reconduzindo o sujeito à sua dependência significativa” (LACAN, 1964, p. 90). De acordo com Iannini,

O que o campo da linguagem empresta ao inconsciente freudiano é, pois, uma vitalidade e uma fecundidade filosófica até então apenas latente. Primeiro, por, ao situar o inconsciente freudiano como o termo médio que permite passar da linguagem ao sujeito, Lacan, de maneira nada inadvertida, toma de assalto um vocabulário eminentemente filosófico e conclama interlocutores a altura do debate, como Descartes, Hegel, Heidegger, entre tantos. O interesse filosófico da campanha salta aos olhos: muito mais do que justificar um práxis, Lacan confere ao inconsciente freudiano a função de mediar conceitos tradicionalmente pertencentes à ordem filosófica, fazendo de sua reconstrução da psicanálise também uma intervenção nos quadros mais gerais do pensamento. Mais precisamente, o inconsciente estruturado como uma linguagem permite operar a passagem de um conceito tão caro à filosofia moderna quanto obsoleto na filosofia contemporânea – o sujeito – a um tema que, ao contrário, é tão central na contemporaneidade quanto pareceu periférico alguns séculos antes – a linguagem. (IANNINI, 2013, p. 41)

Trata-se, sobretudo, do reconhecimento de que a psicanálise, ainda que não seja uma visão de mundo, aborda questões fundamentais acerca da realidade, da verdade e do sujeito, as quais inegavelmente possuem uma tradição filosófica e, portanto, há que situar nesse debate para não recair em um isolamento a que nada conduz.

3 Trata-se do sujeito descentrado, desprovido de qualidades e desapropriado de seu saber, o qual deriva da tese de que nossas ações e pensamentos são guiados majoritariamente por processos inconscientes, sendo a consciência reduzida à apreensão superficial e fundamentalmente ilusória do que constitui a realidade. Lacan realiza uma diferenciação, ausente em Freud, entre o eu [je] como sujeito do inconsciente e o eu [moi] como ego, caracterizado por uma unidade constituída por uma imagem totalizante, o qual se crê indivisível e detentor de um conhecimento sobre si e sobre o mundo.

O cogito cartesiano é resgatado por Lacan ressaltando a dimensão da linguagem intrínseca ao pensamento como ordenado pela cadeia significante e o estatuto do sujeito como efeito de sua concatenação. De acordo com Porge, o cogito cartesiano introduz na história da filosofia “um sujeito sem qualidades, puro momento evanescente de um reviramento de posição. É nisso que o sujeito do cogito é, ao mesmo tempo, sujeito da ciência e ascendente do sujeito do inconsciente”. (PORGE, 2006, p. 244). Esse ponto também é ressaltado por Iannini (2013), situando o recurso de Lacan ao campo da linguagem e da filosofia:

Toda a operação lacaniana em 1953 parece consistir em trazer a discussão da teoria psicanalítica do campo do domínio do aparelho psíquico, da vida mental e da representação para o domínio do aparelho de linguagem, do sujeito e do significante. Neste sentido, o projeto lacaniano em alguma medida poderia ser visto como uma espécie de *linguistic-turn* aplicada à psicanálise. Isto é, tratar-se-ia da passagem do paradigma da consciência, que domina a cena da filosofia moderna a partir de Descartes, ao paradigma da linguagem, do qual o século XX é, a um tempo, agente e testemunha. Mas, outra vez, a analogia encontra seu limite: porque é através da linguagem que se pretende recuperar precisamente o conceito de sujeito, a partir da subversão do cogito cartesiano, e o conceito de verdade, numa operação nada trivial de leitura de Hegel e de Heidegger. Como se a *linguistic-turn* permitisse não a superação da subjetividade moderna, mas sua plena realização. (IANNINI, 2013, p. 44)

De acordo com o autor, Lacan não simplesmente busca redescrever a psicanálise em outros domínios e com o auxílio de disciplinas diversas que poderiam melhor acolhê-la, mas levar às últimas consequências a hipótese freudiana da causalidade inconsciente, a qual configura um novo paradigma em ruptura com os esquemas conceituais precedentes na história da razão, incapazes de assimilar a radicalidade do gesto freudiano de fundação do sujeito (IANNINI, 2013). De forma que,

Se Lacan quer inserir Freud na história da razão, é para mostrar a ruptura que ele engendra. Não por acaso, o provocante slogan: “a razão desde Freud”. Mas, além de tudo isso, a linguagem incidirá, enquanto limite, na própria elaboração conceitual da psicanálise, implicando uma mudança decisiva em seu quadro de referências: não mais a biologia, a física ou a economia, que emprestam a Freud modelos de inteligibilidade, mas a linguística, a matemática, a etnologia, etc. Nem é preciso dizer que o recurso lacaniano a disciplinas conexas, como a linguística ou as matemáticas, nunca se contenta com o mero empréstimo conceitual ou de método. Ao contrário, toda importação pagará o devido tributo à especificidade do campo em que se vai instalar. (IANNINI, 2013, p. 43)

O ensino de Lacan é caracterizado pelo recurso a diversos campos do saber, tais como a filosofia, a linguística, a lógica e a topologia, em sua tentativa de estabelecer os fundamentos que poderiam sustentar a psicanálise como práxis e permitir sua

constituição como um saber transmissível. A noção reformulada de significante procedente da linguística de Saussure e a apropriação de sua articulação em metáfora e metonímia proposta por Jakobson, os matemas inspirados nos mitemas da antropologia estrutural de Levi-Strauss, as fórmulas quânticas da sexuação surgidas da modificação dos quantificadores da lógica clássica e os esquemas, grafos, superfícies e nós construídos a partir de topologias distintas, são algumas das principais incorporações realizadas por Lacan de conceitos e problemáticas advindas de campos distintos, implicando em um modo de proceder, ou seja, em uma metodologia, que se encontra sob a rubrica das noções de matematização e de formalização, as quais são empregadas indistintamente.

Longe de ser uma peculiaridade ou extravagância do ensino de Lacan, a formalização figura como uma aspiração no seio das ciências humanas no final do século dezenove, culminando no surgimento do movimento intelectual estruturalista, cujo principal expoente é a antropologia estrutural de Levi-Strauss. De acordo com Almeida, havia na época um traço mais geral que caracterizava uma nova perspectiva da atividade científica, além da ênfase metodológica na construção de modelos:

Era a idéia de que a atividade científica consistiria na busca de invariantes revelados ao nível dos modelos, mais do que no estudo de propriedades de objetos. Talvez o exemplo mais marcante dessa idéia seja a revolução estruturalista que ocorreu na matemática e cujas origens estão em fins do século XIX. Enquanto desde a antigüidade os objetos principais do matemático haviam sido os números, as grandezas e as figuras, entes vistos como possuindo propriedades dadas que caberia apenas investigar, ao longo do século XIX emerge a noção de que a essência da matemática é “o estudo das relações entre objetos que não são mais conhecidos e descritos a não ser por algumas de suas propriedades, precisamente aquelas que colocamos como axiomas na base de sua teoria”. Assim, a exemplo do que ocorre com as geometrias não-euclidianas, as matemáticas se reconhecem como estudo de estruturas que regem as relações entre objetos. Uma mesma estrutura pode então aplicar-se a diferentes domínios de objetos, desde que as relações entre eles se descrevam da mesma maneira. A teoria dos grupos - uma estrutura que expressa matematicamente a noção de invariância numa família de objetos, quando eles são transformados por meio de operações - é a ferramenta básica dessa perspectiva. Criada na segunda metade do século XIX, havia sido aplicada no início do século XX à geometria, à teoria da relatividade, à mecânica quântica, à biologia e à arte. Foi mérito de Lévi-Strauss introduzir seu espírito no âmbito das ciências humanas. (ALMEIDA, 1999, p. 165-166)

Uma das principais influências para o movimento estruturalista francês, incluindo Lacan, foi a obra de um grupo de matemáticos e lógicos reunidos sob o pseudônimo de Bourbaki, que visou refundar a matemática a partir da teoria dos conjuntos, a partir da consideração de estruturas formais distintas:

A matemática foi reconstruída por Bourbaki a partir da noção de estrutura. Na ontologia bourbakista, objetos não têm propriedades intrínsecas. Nela, cada universo é formado de duas coisas: objetos (cuja natureza intrínseca não importa) e, separadamente, relações constituídas sobre eles. Estruturas são modos de construir relações ou operações entre objetos. Bourbaki destaca algumas poucas estruturas elementares que são a base de todo o edifício matemático: as estruturas algébricas, as estruturas de ordem e as estruturas topológicas. Cada uma delas encerra um “modo de usar” ou, se se quiser, um “modo de pensar” objetos. (ALMEIDA, 1999, p. 167)

Levi-Strauss foi o pioneiro nas ciências humanas a utilizar estruturas algébricas, estruturas de ordem e estruturas topológicas⁴, tais como a banda de Moebius e a garrafa de Klein⁵, caras à Lacan, para formalizar sua antropologia e desenvolver seu programa estrutural como forma de observar transformações ao longo do tempo em um mesmo sistema, construir modelos comparativos e transladar entre sistemas de coordenadas distintos⁶. Para a psicanálise, seu equivalente seria, primeiramente, a identificação dos invariantes de transformações temporais que permitiriam relacionar o mito individual elaborado pela narrativa do analisando, como ficção histórica da gênese da neurose, aos ritos que dele surgem, ou, em outros termos, a relação entre neurose infantil e neurose de transferência (DUNKER, 2015), para, posteriormente, a partir do exame de diferentes casos clínicos, isolar os invariantes que permitem a classificação dos casos em estruturas clínicas.

A formalização de conceitos fundamentais para a psicanálise realizada por Jacques Lacan é mais do que um mero artifício de estilo, é o método eleito pelo psicanalista francês para realizar uma tradução do dispositivo clínico, visando à transmissão integral do saber⁷ da psicanálise. De acordo com Iannini:

-
- 4 Cf. Almeida: “Enquanto as estruturas de ordem dão forma à noção de tempo e as estruturas algébricas formalizam a noção de movimentos espaciais, a topologia refina ambas essas noções, injetando-lhes a linguagem da proximidade. Nas *Mithologiques* reencontramos grupos (estruturas algébricas) e reticulados (estruturas de ordem), mergulhados agora em espaços de onde emergem formas como as fitas de Moebius e as garrafas de Klein, centrais entre as metáforas de *A Oleira Ciumenta*. Na obra de Lévi-Strauss, álgebra, ordem e topologia se sucedem, numa seqüência que corresponde a publicações decisivas, respectivamente, sobre parentesco, classificações e mitologia”. (ALMEIDA, 1999, p. 169)
- 5 Cf. Mendes: “Em *A oleira ciumenta*, a garrafa de Klein é utilizada pelo antropólogo na explanação da relação entre conteúdo e continente, que se exprime nos mitos sul e norte-americanos pela temática dos orifícios do corpo e pela temática dos tubos” (MENDES, 2014, p. 87); “A transformação entre conteúdo e continente, demonstrados como intercambiáveis, é antes uma operação lógica que transforma uma relação metonímica em uma relação metafórica”. (MENDES, 2014 p. 92)
- 6 “Há dois modos de conceber o programa estrutural. Um, imaginar como descrições mudam com a mudança de sistemas de coordenadas - e buscar propriedades das descrições que são invariantes sob essas mudanças. É o caminho do etnógrafo que se translada de um sistema de coordenadas para outro. Outro, observar, num mesmo sistema de coordenadas, como objetos se transformam preservando, porém, um ar de família. É o caminho do etnólogo que constrói modelos comparativos” (ALMEIDA, 1999, p. 171).
- 7 De acordo com Lacan: “A formalização matemática é nosso fim, nosso ideal. Por quê? Porque

A álgebra lacaniana não é, pois, perfumaria ou recurso mistificador, ao contrário do que propõem, por exemplo, Sokal e Bricmont. Mas ela responde a uma função muito precisa no interior do discurso analítico, qual seja, a de ultrapassar a lógica do indizível. Para ir diretamente ao ponto: se não há um lugar fora da fantasia que permita transcender os efeitos do recalcado como condição da ação subjetiva, se não há metalinguagem capaz de forjar um ponto fixo e inabalável onde o enunciado pudesse elidir a enunciação, isso não implica hipóstase do indizível. Porque embora não possa ser dito, aquele lugar pode ser circunscrito através da formalização, em suas duas vertentes: matemática e estilística. [...] A escrita algébrica, conforme se queira, é um instrumento de escrita que pretende formalizar o que é possível saber do real psicanalítico evitando os impasses e as armadilhas do sentido. Para dizer com todas as letras, trata-se de um esforço de literalização do real que não faz economia dos impasses da formalização. Por isso, mais uma vez, estamos do lado do explicar e não do compreender. O mesmo vale para o conjunto de esquemas, grafos e matemas lacanianos. (IANNINI, 2013, p. 222)

A ideia subjacente à formalização é, primeiramente, de encontrar os invariantes estruturais dos achados da psicanálise como prática clínica na medida em que a conceitualização seria passível de equívocos e de se prender a um sentido imaginário que desconhece a estrutura simbólica que o determina. Obviamente que não se pretende defender que haja em Lacan uma rejeição do pensamento conceitual, mas uma báscula entre o pensamento conceitual e a formalização como forma de articular a estrutura em questão, dando maior alcance a problemáticas antevistas, cuja resolução requer sua formulação nos termos adequados, impensáveis sem o recurso à lógica e à topologia. Dizer que o Real é incognoscível porque só pode ser definido no pensamento conceitual pela negativa, pelo fracasso ou pela impossibilidade, não significa que não possa haver saber sobre o Real, um saber esvaziado de sentido acerca de sua ação como o que descompleta a estrutura, mostrando sua falha. De acordo com Lacan:

É nisso que os matemas com que se formula em impasses o matematizável, ele mesmo a ser definido como o que de real se ensina de real, são adequados para se coordenar com essa ausência [relação sexual] tomada do real. Recorrer ao não-todo, (...) isto é, aos impasses da lógica, é, ao mostrar a saída das ficções da Mundanidade, produzir uma outra fixação do real, ou seja, do impossível que o fixa pela estrutura da linguagem. (LACAN, 2003, p. 480)

No entanto, apesar do uso corrente no meio lacaniano dos termos “formalização” e “matema”, tomados ingenuamente em sua pretensa obviedade, veremos como são bastante problemáticos e sujeitos a diferentes compreensões. Blasco (2015) apresenta uma crítica acerca do estatuto atribuído ao uso das matemáticas por Lacan no campo analítico atual, focando principalmente a noção de formalização implicada na ideia

só ela é matema, quer dizer, capaz de transmitir integralmente” (LACAN, 2008c, p. 127).

de que Lacan teria formalizado a psicanálise de Freud. Blasco parte da questão central do que seria a tão mencionada formalização no âmbito da psicanálise lacaniana para em seguida buscar desmontar os argumentos de que Lacan teria de fato formalizado a psicanálise, tentando mostrar que não há indícios de que tenha sequer iniciado um projeto coerente que pudesse dar conta de tal pretensão.

Blasco (2015) sustenta sua posição partindo do exame do que seria a base de um sistema lógico-formal, ou seja, a apresentação de um conjunto finito de símbolos, uma gramática que estabeleça a boa formação de fórmulas, um conjunto de axiomas e regras de inferência que permitam gerar novas fórmulas. Em Lacan, conforme o autor, há um número finito de símbolos, porém em nenhum momento são explicitadas as regras para estabelecimento de operações, substituindo a elaboração de um procedimento por uma lista de matemas providos por Lacan. Quanto ao aspecto semântico, Blasco utiliza o exemplo da punção & empregada por Lacan como operador para afirmar que não há nenhuma indicação acerca de seu funcionamento quanto ao domínio de sua operação, constantes e muito menos dos resultados que seriam obtidos.

Esse é o ponto principal da crítica da Blasco, buscando estender as mesmas exigências de um sistema lógico-formal à psicanálise, imbuindo a psicanálise de se equiparar à lógica, caso pretenda utilizar de seus recursos. Tal argumento simplesmente não se sustenta, pois não se trata de que a psicanálise pretenda se constituir como uma lógica formal. Quanto à suposta pobreza de descrição das fórmulas que Lacan apresenta, concordamos apenas parcialmente que os operadores, como a mencionada punção, poderiam ser mais bem definidos quanto a sua ação, no entanto, discordamos das exigências impostas em relação à definição do domínio, constantes e resultados, já que não se trata do estabelecimento um novo sistema lógico-formal, e sim da escrita como delimitação de uma operação identificável na clínica psicanalítica, o que de forma alguma implica na sistematização de uma lógica que descreva todas as operações possíveis e suas regras de formação.

O que nos leva a outra crítica desenvolvida pelo autor, de que o argumento de que não se trata para a psicanálise fazer lógica ou fazer topologia, mas de sua apropriação para a elaboração de uma lógica do inconsciente ou de uma de topologia do sujeito desvinculadas de seus campos originários não basta para justificar o emprego de termos advindos dessas disciplinas, já que, ao se desprenderem de seus campos originais e passarem a uma aplicação em campos ontológicos distintos, se tornam inconsistentes (BLASCO, 2015).

As referências aos lógicos e matemáticos ocupam um lugar central na consideração de problemas epistemológicos fundamentais para a constituição da psicanálise, configurando uma forma de colocar em questão paradoxos estruturais inerentes à constituição do sujeito, elaborados no debate de Lacan com o positivismo lógico, com as tentativas de axiomatização dos saberes e com o predomínio da

dedução de todo o conhecimento. As formulações do psicanalista acerca da raiz quadrada de menos um, do zero, do paradoxo de Russell, do número de ouro e dos transfinitos são formas de se colocar no debate com Frege, Godel, Russell, Dedekind e Cantor acerca dos limites do saber que delimitam o campo da ciência e das possibilidades de transposição desses limites, questão que remete diretamente, por um lado, a sua categoria de Real e coextensivamente ao objeto *a* em relação de exclusão interna com o campo do Outro, e por outro, ao sujeito cindido e à castração como operação produtora de um resto inassimilável. Dessa forma, a crítica de Blasco é incapaz de atingir o âmago do fundamento do recurso à formalização, o qual está no fato de que se trata de uma redução aos operadores mínimos necessários que constituem uma estrutura, da qual se busca extrair os modos de funcionamento e possíveis intervenções que a transformem.

A crítica de Blasco (2015) visa não somente às questões teóricas a respeito da formalização na psicanálise lacaniana, mas também ao aspecto político decorrente desta problemática, afirmando que o uso recorrente de termos como “estritamente” ou “puramente” seguidos do adjetivo “psicanalítico” articulam uma lógica de exclusão das vertentes psicanalíticas que não teriam o “verdadeiro” estatuto de psicanálise, já que supostamente a verdadeira psicanálise seria àquela que teria sido formalizada por Lacan, o que configuraria uma estratégia imperial de dominação, cujo objetivo seria de prolongar seu poder e se estabelecer como uma doutrina.

O que temos a objetar nesse ponto é que a escolha metodológica de Lacan apresenta um embasamento, o qual reside precisamente na interlocução com outros saberes, visando à formalização de seu ensino, sobretudo para dar conta da dimensão do Real como aquilo que resiste a conceitualização, justificando o apelo à topologia. Se de alguma forma a formalização passa a ser utilizada como um slogan para obter efeitos de prestígio – o que certamente é repreensível, já que não se trata com isso de se provar melhor que as demais vertentes psicanalíticas, as quais têm suas próprias formas de se articular, não necessariamente melhores ou piores – não invalida seu uso a priori.

Para um exame detalhado das diferentes formalizações empregadas por Lacan em diferentes momentos de seu ensino primeiramente teríamos que distinguir as especificidades de cada um dos recursos de Lacan, desde os esquemas, grafos, matemas, álgebra, superfícies topológicas, e, por fim, os nós, considerando seus pontos de intersecção. A tabela a seguir visa apresentar as principais formalizações realizadas por Lacan ao longo de seu ensino:

Época	Conceitos	Vertente formalista	Objetos
1953-1960	Narcisismo / Identificação	Esquema	Esquema do buquê invertido
1955-1956	Automatismo de repetição	Grafo	Redes e Cadeia L

1955-1956	Metáfora como substituição significante / Função Paterna	Matema	Fórmula da metáfora e Metáfora Paterna
1955-1956	Fala plena x Fala vazia / Campo da realidade na neu- rose e na psicose	Esquema compos- to por Grafos e/ ou topologia das superfícies	Esquemas L, Z, R e I
1956-1957	Falta de objeto – Frustração, Privação e Castração	Esquema	Tabela das operações, agentes e tipos de falta
1958-1959	Sujeito, Desejo, Fantasia, Castração, Ideal, Pulsão, den- tre outros.	Grafo e Matemas	Grafo do desejo
1958-1961	Pulsão, Fantasia, Ideal do eu	Matema	Matemas da Fantasia, geral e específicos, da pulsão e do Ideal do eu
1959-1961	Falo no imaginário	“Álgebra”	Equivalência falo e número imaginário
1961-1970	Identificação / Fantasia / Dif- erentes estruturas do objeto a	Topologia das su- perfícies	Banda e Moebius, toro, cross-cap e garrafa de Klein
1962-1963	Angústia, Sintoma e Inibição, dentre outros	Esquema	Tabela Mobilidade/Difi- culdade
1966-1968	Cogito Cartesiano / Alienação-Separação / Pas- sagem ao ato	Teoria dos grupos – Estrutura algébrica	Semi-grupo de Klein do Ato analítico
1967-1969	Objeto a	“Álgebra”	Equivalência entre objeto a e número de ouro
1967	Saber – verdade - gozo	Esquema	Tetraedro
1969-1972	Modos de produção de um discurso sem palavras	Matema - Combi- natória	Quatro discursos – Es- trutura tetraédrica
1971-1974	Impossibilidade de escrita da relação sexual / Identificação sexuada	Lógica dos quan- tificadores modais modificada	Fórmulas quânticas da sexuação
1972-1979	Real – Simbólico – Imag- inário / Modalidades de gozo / Sinthoma	Topologia dos nós	Nó borromeano e nós brunnianos de quatro elos
1975-1977	Modos de identificação / Corpo entre forma e estrutura	Topologia dos nós e das superfícies	Reviramentos tóricos – Nó borromeano tórico
1978-1979	Generalização da propriedade borromeana / Dissolução do nó por homotopia	Topologia dos nós	Nós borromeanos gener- alizados

Tabela 1: Diferentes formalizações apresentadas por Lacan

A tabela apresentada nos permite constatar que não há como estabelecer uma relação simples e direta entre a formalização, o matema e a topologia, pois há diferentes formas de emprego do matema e da topologia que são heterogêneos.

Os matemas da fórmula da fantasia e da pulsão são distintos do matema dos quatro discursos e das fórmulas da sexuação. A álgebra lacaniana, por exemplo, é desenvolvida em dois momentos específicos, o primeiro com o uso do número imaginário, o segundo com a identificação do objeto a ao número de ouro.

O mesmo ocorre com a topologia, não cabendo uma generalização que compreenda todos seus desenvolvimentos, desde o grafo do desejo, do Esquema R e I, passando pelas diferentes superfícies até chegar aos nós, os quais não se resumem ao nó borromeano, que, por sua vez, é apresentado sob formas distintas, implicando em diferentes considerações acerca de seu estatuto topológico. Além da dificuldade em considerar cada uma dessas categorias como um conjunto bem definido, observamos intersecções inextricáveis entre matema e topologia. O grafo do desejo talvez seja o melhor exemplo de como Lacan articulou o matema e a topologia, sendo um grafo, cujo estatuto é fundamentalmente topológico, que designa uma relação entre diversos matemas. Já os matemas do campo do gozo, conhecidos como teoria dos discursos, são dispostos em quatro posições que se alternam pelo movimento de um quarto de volta, ou uma revolução não permutativa, apresentando uma topologia implícita.

Colocadas as especificidades de cada modalidade de formalização e suas conjunções, caracterizando a complexidade do campo explorado, consideramos de grande importância a tentativa de realizar uma diferenciação entre o matema e topologia, ainda que possivelmente precária em face da dificuldade encontrada em delimitá-las. O matema estaria mais próximo da lógica, o que fica patente pelo emprego de operadores como conjunção e disjunção contidos na punção, presente nos matemas da pulsão ($\$&D$) e da fantasia ($\$&a$), assim como no uso subvertido dos quantificadores lógicos das fórmulas quânticas da sexuação, enquanto a topologia, geometria não euclidiana, ciência do espaço, se aproxima da matemática – ainda que, ao menos pelas indicações explícitas de Lacan e por seu emprego na elaboração de problemáticas do campo da psicanálise, não seja redutível a sua descrição algébrica.

A topologia é um ramo da matemática desenvolvida por Desargues e Leibniz que trata do espaço qualitativo, das relações de vizinhança, de conexidade, de continuidade ou ainda de fronteira e borda. Em oposição à geometria euclidiana que se ocupa da métrica, do que se pode quantificar, a topologia trata das propriedades das superfícies e dos nós que permanecem inalteradas mesmo quando modificadas, desde que não haja ruptura em sua estrutura, propriedades estas nomeadas de invariantes topológicos (DARMON, 1994).

Em termos estritamente matemáticos há diferenças significativas entre a teoria dos grafos, a topologia das superfícies e a topologia dos nós, porém, quando nos referimos ao campo de topologia de forma mais geral, este engloba estas três vertentes na medida em que todas apresentam estruturas espaciais que põe em jogo uma combinatória de elementos que se relacionam entre si, cada elemento só

podendo ser apreendido em relação à posição que se situa na estrutura em relação aos demais. A topologia das superfícies e dos nós apresentam recursos fundamentais, ausentes nos grafos, para operar noções centrais como o furo e o corte a partir de considerações sobre a constituição do espaço.

Em uma definição provisória, diríamos que os matemas supõem uma estrutura, enquanto a topologia mostra a estrutura. De acordo com Lacan, “a topologia não foi ‘feita para nos guiar’ na estrutura. Ela é a estrutura – como retroação da ordem de cadeia em que consiste a linguagem” (LACAN, 2003, p. 485), do que podemos entender que a topologia não seria uma representação, nem uma metalinguagem, mas um saber que permite articular estruturas cuja dinâmica se dê segundo as mesmas regras de funcionamento da linguagem.

É necessário fazer aqui um adendo, pois, para a psicanálise não se trata de reduzir à topologia ao Simbólico, aqui entendido como matriz para o estabelecimento de combinatórias, afinal, o que está posto como problemática o excede, ao considerar os registros do Real e do Imaginário como irredutíveis ao primeiro, ainda que só possam ser (parcialmente) acessados por meio deste. De acordo com Milner, “embora exista uma abordagem matematizante dos nós, não é isso que Lacan dela retém. [...] Tudo se passa como se Lacan se interessasse pelo nó apenas pelo que ele tem de refratário a uma matematização integral” (MILNER, 1996, p. 131). Encontramos dois trechos da transcrição dos seminários de Lacan, o primeiro no seminário intitulado “Mais, ainda”, de 1972-1973, e o segundo, sobre o Sinthoma, proferido entre 1975 e 1976, que corroboram com o argumento de Milner, indicando a insuficiência da formalização matemática, que poderíamos chamar de topologia algébrica, para a consideração dos nós e cadeias. O primeiro é o seguinte:

Não basta ter achado uma solução geral para o problema dos nós borromeanos para um número infinito de nós borromeanos. Será preciso que tivéssemos meios de mostrar que é a única solução. Ora, estamos no seguinte, que até hoje não há nenhuma teoria dos nós. Aos nós não se aplica, até hoje, nenhuma formalização matemática que permita fora algumas fabricaçãozinhas como as que lhes mostrei, prever que uma solução como a que acabei de dar não seja simplesmente ex-sistente, mas necessária, que ela não pare - como defini o necessário - de se escrever. (LACAN, 2008c, p. 137-138)

Neste trecho a ênfase dada por Lacan recai na impotência atribuída à formalização matemática de apresentar invariantes que permitam provar que determinada solução, no caso, acerca do número de nós borromeanos, seria a única, ou seja, se refere à demonstração da impossibilidade de outras soluções.

O segundo trecho que identificamos é o seguinte: “o nó borromeano não constitui um modelo na medida em que tem alguma coisa diante da qual a imaginação diminui. Quero dizer que ela resiste, como tal, à imaginação do nó.

A abordagem matemática do nó na topologia é insuficiente”. (LACAN, 2007, p. 41-42). A negação da categoria de modelo para sua topologia é recorrente, mas a temática da topologia como da ordem do imaginário surge como uma questão somente nesse momento de seu ensino e permanecerá até seus últimos seminários, em especial em “O momento de concluir”, de 1977-1978, e em “A topologia e o tempo”, de 1978-1979. Embora alguns autores, como Julien (1993), relacionem essa nova perspectiva do imaginário com a noção de furo, amplamente presente na topologia das superfícies e dos nós, julgamos que a problemática não se esgota com essa relação, a qual, por si, exige um exame mais aprofundado.

A discussão acerca do estatuto do uso da topologia realizado por Lacan e sua pertinência passa por alguns tópicos incontornáveis, relacionados às questões do modelo e da metalinguagem em oposição à noção de estrutura, de um formalismo que não exclua a corporeidade, da temporalidade do ato analítico e da relação entre topologia e ética na direção do tratamento, os quais abordaremos a seguir.

Modelo, metalinguagem ou estrutura?

Lacan rompe com uma tradição conceitual e filosófica cuja racionalidade se mostrou insuficiente para acolher a hipótese do inconsciente, recorrendo à conceitos e problemáticas advindas dos campos da linguística, da lógica e da matemática. A articulação entre linguagem e sujeito é uma das principais insígnias da psicanálise lacaniana, na medida em que constitui uma opção inusitada, ao menos do ponto de vista da época, na qual os principais nomes do estruturalismo francês apontavam para uma disjunção entre sujeito e linguagem, ou sujeito e estrutura.

Poderíamos então nos questionar se não seria paradoxal falar em estrutura e sujeito coabitando o mesmo espaço, pois, a primeira vista se trata de perspectivas teóricas distintas e incompatíveis. De acordo com Iannini, “Lacan opera uma radical inversão da perspectiva; às antípodas do que enuncia o estruturalismo leví-straussiano, ele faz da estrutura a condição maior da formalização de uma concepção, ao mesmo tempo, *não naturalista, não substancialista e não psicologizante* do sujeito” (IANNINI, 2013, p. 225). Ou seja, para Lacan, não só não se trata de perspectivas incompatíveis, como o sujeito é incluído na própria definição de estrutura, a qual pode ser definida como “sendo os efeitos que a combinatória ‘do que representa o sujeito’ determina na realidade em que ela se produz” (IANNINI, 2013, p. 226), de forma que o recurso à topologia se justifica pela necessidade de apreender a relação entre sujeito e estrutura como oposição real sem recorrer à metalinguagem. De acordo com o autor:

De fato, Lacan nos apresenta uma figura da ciência, a estrutura, que não depende da metalinguagem, mas de uma escritura que não se detém diante dos limites, dos paradoxos, dos impasses. É isso que permite operar com antinomias e paradoxos sem que impasses

intimidem o pensamento. Foi uma operação dessa natureza que permitiu trabalhar a estrutura como o que engendra o sujeito: estrutura e sujeito opõem-se não apenas no plano epistemológico. Sua oposição é real e é esta oposição real que se trata de descrever nos dispositivos formais tais como as figuras topológicas (no caso, o oito interior) e o matema. (IANNINI, 2013, p. 228).

Ao nos questionar acerca do estatuto da topologia em Lacan, primeiramente parece inevitável destacar a intransponível diferença que há entre esta e os esquemas freudianos empregados acerca do aparelho psíquico. Falar em aparelho psíquico ou em estrutura do sujeito é se remeter a princípios e fundamentos completamente distintos que se encaminham para problemáticas divergentes. De acordo com Porge (2009), a topologia não é uma redescritção da realidade psíquica freudiana, e sim a constituição de uma realidade operatória. Quanto a essa problemática, entre Freud e Lacan não haveria continuidade senão ruptura, ao passar do inconsciente como profundidade ao inconsciente estruturado como uma linguagem redutível à superfície, ou ainda, de esquemas de representações do ego à estrutura do sujeito. Para o autor:

Mede-se o afastamento entre Freud e Lacan nisso que concerne a essa relação do lugar e da escrita. Freud desenha esquemas que são da ordem de um esquematismo kantiano, eles são construções auxiliares e representam imaginariamente uma ideia de inconsciente, por definição inacessível. Lacan faz apresentações de objetos topológicos que atualizam o irrepresentável: no nó borromeano os três anéis não estão concatenados de forma complementar (como em um nó olímpico), de tal modo que o nó não é localizável em parte alguma, ainda que seja nomeável. [...] Se há desenho de um objeto topológico, trata-se de uma planificação em duas dimensões, o que tem justamente o estatuto de uma escrita. A escrita do *est'habita* substitui as tópicas de Freud, e seria um contrassenso pensar que a topologia é outra representação da realidade psíquica, em continuidade com os esquemas de Freud, pois esta permanece endividada com as representações que Freud lhe dá. (PORGE, 2009, p. 150).

A noção de escrita se mostra fundamental para apreender a divergência entre representação e figurabilidade, que, longe de se tratar de um preciosismo, se refere ao próprio método do psicanalista em sua prática clínica de escuta e interpretação do discurso do analisante. Ainda de acordo com Porge,

os desenhos topológicos de Lacan não devem ser tratados como problemas de representação, *Vorstellung*, mas de figurabilidade, *Darstellung*, para retomar uma distinção freudiana. A figurabilidade constitui uma modalidade de escrita. É a existência de uma *Darstellung* no sonho que conduz Freud, trás os passos de Champollion, a defini-lo como uma escrita hieroglífica. Os desenhos topológicos constituem uma escrita na medida em que diferenciam o aplainamento, a imersão, a submersão das figuras.

(PORGE, 2014, p. 99-100).

O que a topologia nos impele é justamente ao questionamento do estatuto da escrita que considere seu traçado no espaço, delimitando lugares e configurando posições. Essas questões se referem ao estatuto da topologia como equivalente à estrutura e são absolutamente divergentes das noções de analogia ou representação, pois as últimas se referem às aproximações feitas didaticamente com o objetivo de facilitar a compreensão.

A recusa à ideia de metalinguagem é explicitada por Lacan em diversos momentos de seu ensino, reafirmando a impossibilidade de um enunciado se sustentar por si só⁸. A questão ressaltada por Lacan é que não há como fazer passar nada do matema se não pela língua, pois não há formalização que se transmita por outra via. Realiza ainda uma distinção entre o sujeito e o ser, sem a qual recairia em uma ontologia, reafirmando a primazia da dimensão ética. É através da concepção da formalização como escrita que só se transmite pela língua, culminando na constituição de estruturas que engendram o sujeito, que busca evitar as armadilhas da metalinguagem que fariam equivaler o sujeito ao Ser.

Dentre as publicações que buscam situar a pertinência do uso da topologia na psicanálise lacaniana, o trabalho de Rona (2012) é digno de destaque. O autor realiza uma breve retomada dos trabalhos de outros autores lacanianos acerca do estatuto da topologia no ensino de Lacan e apresenta a sua proposta de leitura, a qual consideramos bastante pertinente:

a topologia, antes de ser uma ciência dos espaços, o que qualquer livro de matemática que aborde o tema não faz senão destacar, tem seu fundamento na teoria dos conjuntos. Apresentar, ou não, uma topologia é uma propriedade de uma coleção de conjuntos. Assim, se é forçosamente a partir do significante, como diz Darmon, que a topologia se justifica, ou, seguindo Miller, se a topologia se sustenta no significante, ou ainda, como quer Korman, que a relação se dá pela entrada da lingüística saussuriana, o fundamento do emprego

8 Cf. Lacan: “Não há metalinguagem. Quando digo isto, isto quer dizer, aparentemente - não há linguagem do ser. Mas haverá o ser? Como fiz notar da ultima vez, o que digo é que não há. O ser é, como se diz, e o não-ser não é. Há ou não há. Esse ser, não se faz senão supô-lo a algumas palavras - individuo, por exemplo, ou substância. Para mim, é apenas um fato de dito. A palavra sujeito, que eu emprego, toma então um acento diferente. Eu me distingo da linguagem do ser. Isto implica que aí pudesse haver ficção de palavra - quero dizer, a partir da palavra. E como talvez alguns se recordam, foi daí que parti quando falei da ética. Não é porque escrevi coisas que tomam função de formas da linguagem que tenho que garantir o ser da metalinguagem. Pois, esse ser, seria preciso que eu o apresentasse como subsistindo por si, só por si mesmo, como a linguagem do ser. A formalização matematica é nosso fim, nosso ideal. Por quê? Porque só ela é matema, quer dizer, capaz de transmitir integralmente. A formalização matematica, é a escrita, mas que só subsiste se eu emprego, para apresenta-la, a lingua que uso. Ai é que esta a objeção - nenhuma formalização da lingua é transmissível sem uso da propria lingua. É por meu dizer que essa formalização, ideal metalinguagem, eu a faço ex-sistir. É assim que o simbólico não se confunde, longe disso, com o ser, mas ele subsiste como ex-sistência do dizer” (LACAN, 2008c, p. 126-127)

da topologia deve residir no enquadre do significante na teoria dos conjuntos. Esse, parece-me, é o passo elidido por todos os autores mencionados (RONA, 2012, p. 47)

Rona busca explicitar os fundamentos do recurso topológico de Lacan, questão de extrema pertinência e atualidade para a epistemologia da psicanálise lacaniana e que procede da insuficiente reiteração do fundamento significante da topologia sem o devido esclarecimento da forma com que se passa do campo linguístico ao lógico-matemático. De acordo com o autor, é somente com a implicação da cadeia significante em uma estrutura conjuntista que se poderia avançar na consideração do que constitui a numericidade como problemática inerente ao significante. Que a repetição seja posta por Lacan na origem da constituição do significante pela topologia do toro, só é possível porque ela implica que haja uma contagem, ou seja, que haja uma homologia entre o significante e o número⁹.

A questão é que se o significante se apresenta como estruturado como um conjunto, a topologia seria a melhor forma possível de apreendê-lo em sua disposição espaço-temporal, como forma de apreender a organização de uma combinatória de elementos distintos que se relacionam entre si. O significante como a própria materialidade com que a psicanálise trabalha se apresenta como uma estrutura topológica. De acordo com Rona:

Se, como procuro mostrar, o significante, tal como o propõe Lacan, tem a estrutura tal qual aquela de que trata a teoria dos conjuntos, uma coleção de significantes, apropriadamente organizada, poderia ser modelo, no sentido exposto, de uma lógica, aquela descrita, por exemplo, por Freud para os sonhos e demais formações do inconsciente. Analogamente, poderia ser modelo, em outra configuração, de também outra lógica, aquela da fantasia, como apresentada por Lacan, ou da própria fala. O significante não é mera abstração, mas a própria materialidade da psicanálise e é ele, colhido na fala dos analisantes, que mostra a validade – é isso o que se espera, ao menos – de uma lógica, como a do Édipo, ou que permite a construção de outra, como a do fantasma. Sob outra perspectiva, o Édipo já é uma coleção de significantes organizada: Nome-do-pai, Ideal do eu, eu ideal, significante do desejo materno, por exemplo, colocados em uma relação tal que já são a interpretação do que é a lógica e a teoria do complexo. Analogamente, a fantasia já é uma interpretação de uma lógica, a da não-relação sexual, segundo Lacan. (RONA, 2012, p. 73-74).

9 Há uma passagem do ensino de Lacan, que não é citada por Rona, a qual indica explicitamente essa relação estreita entre o significante e a teoria dos conjuntos: “Como fazer para ensinar o que não se ensina? Vejamos isso no que Freud trilhou. Ele considerou que tudo é sonho, e que todo mundo (se podemos dizer expressão como esta), todo mundo é louco, delirante. É bem o que se demonstra no primeiro passo visando o ensinamento. Mas resta o demonstrar: para isto não importa qual objeto é bom, ele sempre se apresenta mal. É preciso o corrigir. Os matemáticos servem a isto: corrigir o objeto. É um fato que os matemáticos corrigem e o que eles corrigem é o objeto mesmo. D’onde minha redução da psicanálise à teoria dos conjuntos”. (LACAN, 22/10/1978, tradução do autor)

Aqui vemos uma diferença em relação aos demais autores e ao próprio Lacan em relação ao emprego do conceito de modelo. O autor esclarece que se trata de outra concepção de modelo, estritamente matemática, a qual ele se dedica a fundamentar. Limitamo-nos a indicar que, apesar da reabilitação do conceito de modelo, modificado em relação à sua aceção corrente, avaliamos não haver contrassenso entre a proposta do autor e as demais aqui apresentadas. Acreditamos, todavia, que somente a indicação da relação intrínseca que haveria entre o significante e a teoria dos conjuntos não basta para justificar o empreendimento de Lacan com relação à topologia, havendo outras problemáticas fundamentais que são desenvolvidas ao longo do ensino de Lacan, as quais examinaremos em sequência.

Antes de prosseguirmos, cabe realizarmos uma pequena digressão acerca da noção de aplicabilidade e/ou verificabilidade¹⁰ que implicitamente acompanham a adoção do conceito de modelo. Uma das principais objeções postas à formalização na psicanálise lacaniana de forma geral, e mais especificamente à topologia do nó borromeano, se refere a sua aplicabilidade no âmbito clínico. Há de forma geral uma suspeita quanto à dimensão propriamente clínica supostamente implicada nesta topologia, e mesmo para aqueles que estão convencidos de que se trata de uma contribuição valiosa de Lacan a ser explorada, não há unanimidade quanto ao entendimento de “como” se dá sua articulação com a clínica.

Assinalamos que a abordagem desta extensa problemática requer primeiramente que se explicita o que possibilita a transposição do âmbito clínico ao teórico e vice-versa, sem apelar ao argumento de autoridade ou a metáforas topológicas, como se vê frequentemente com a utilização da banda de Moebius para ilustrar a dissolução de oposições variadas.

Sustentamos a hipótese de que essa transposição se dá numa via única, da clínica para a teoria. A questão é de certa maneira paradoxal no sentido de que o tratamento é irreduzível à aplicabilidade do arcabouço teórico, embora este último seja indispensável como fundamento da clínica. Nesse sentido não há aplicabilidade ou verificabilidade da teoria, seja ela a da topologia do nó borromeano, do esquema I, dos quatro discursos, ou qualquer outra, o que não significa que a prática clínica não se fundamente em uma teoria, dado que, caso não houvesse um arcabouço teórico que a fundamentasse não haveria psicanálise. Não se trata, portanto, de aplicar o complexo de Édipo, os discursos, ou qualquer topologia, sob o risco de, com um martelo na mão, se encontrar diante de uma plethora de pregos. Aí que entra a dimensão ética que reside no não-saber do psicanalista.

Essa hipótese, de que tal proceder metodológico, se assim podemos chamá-lo, e seu fundamento ético, valem para a clínica, deve também se estender ao método de investigação decorrente desta práxis, ou seja, à dimensão da transmissão do saber psicanalítico. Não se trata para Lacan de aplicar este ou aquele matema aos seus casos:

¹⁰ Ressaltamos que não se trata aqui da incidência desses conceitos em termos de uma avaliação da eficácia do tratamento, mas da possibilidade de transposição do âmbito teórico em uma práxis.

o esquema I é feito *a partir* de sua leitura de Schreber, tal como as considerações acerca do sintoma são feitas *a partir* de Joyce. Em nenhum momento é buscada a verificabilidade da aplicação de um esquema precedente a determinado caso, na medida em que cada caso clama por sua formalização *a posteriori*.

Essa discussão remete àquela acerca do controverso estatuto do caso clínico na psicanálise lacaniana, diretamente relacionada à questão da formalização, compondo a problemática da transmissibilidade em psicanálise. Embora os matemas e a topologia não sirvam somente para apresentar casos clínicos e evidenciar as estruturas clínicas, pois também são utilizados para articular conceitos que mantêm certa autonomia em relação a estas e não estão necessariamente atrelados a casos clínicos, coloca-se a questão de se a formalização poderia prescindir da apresentação de casos.

Avaliamos não ser possível prescindir da construção do caso clínico, o que nos é sugerido pela forma de proceder estabelecida por Lacan, mantida do início ao fim de seu ensino, acompanhando o desenvolvimento de formalizações, ainda que os casos que apresente sejam em sua maioria releituras de casos freudianos ou obras literárias e biográficas, como “Hamlet” de Shakespeare ou a obra de James Joyce, esta última sendo decisiva para uma série de construções topológicas acerca dos nós.

Qual é, afinal, o estatuto de suas formalizações? Poderia se dizer que elas coexistem, sendo determinada formalização mais adequada para se articular tal questão ou caso? Ou haveria uma sucessão em que cada nova formalização torna a anterior caduca? Nosso entendimento é que há uma substituição sucessiva de formalizações, o que não impede Lacan, vez ou outra, de retomar formalizações anteriores.

Podemos nos questionar acerca da razão desta busca por novas formalizações: trata-se de que as formalizações vigentes são insuficientes, o que justifica a busca por novas formas mais adequadas e precisas de formalizar a práxis psicanalítica? Acreditamos que fundamentalmente não é disso que se trata, pois, embora Lacan tenha desenvolvido formalizações cada vez mais complexas, parece haver algo a mais que justifique sua restrição em não utilizar em mais de um caso uma mesma formalização. Para nós, o ponto principal que justifica essa busca é uma recusa em cristalizar a psicanálise, a qual é equivalente a sua recusa ao estatuto de modelo para suas formalizações, e que se refere menos à insuficiência de suas formalizações do que na implicação de aceitar que a psicanálise recaísse em uma pragmática da aplicabilidade de modelos teóricos. Nesse sentido, há a implicação de um tempo da elaboração da psicanálise que não cessa de não se escrever, e que, quando encontra uma boa formalização, cessa por um único instante, para em seguida retomar seu movimento.

A recusa do estatuto de modelo não se justifica pela inexistência de um único modelo que seria capaz de formalizar a clínica, supondo que haveria uma

multiplicidade destes, cada qual mais apropriado para determinada situação ou questão. Também não se justifica sob o pretexto de que cada formalização apresentaria a singularidade de um caso e por isso não poderia almejar a uma universalização. Trata-se de um imperativo ético de não deixar que a formalização se constitua em uma ferramenta de controle da práxis - no sentido foucaultiano de uma disciplinarização -, condição para uma prática que se mantenha aberta ao inesperado, à constante busca pelo novo. Como se, ao apresentar um matema ou uma estrutura topológica, seja para a análise de um caso clínico ou de uma questão inerente ao seu arcabouço conceitual, essa formalização alcança um valor de universalidade, com a condição de renunciar à sua aplicabilidade futura, restringida à dimensão temporal do *a posteriori*. Desse modo, a formalização teria o mesmo estatuto do objeto *a* como dejetivo, como aquilo que se deixa cair no momento em que se atinge um real. De acordo com Lacan:

Claro que o ideal do matema é que tudo se corresponda. É justamente em que o matema, quanto ao real, exagera. Com efeito, essa correspondência não é o fim do real, ao contrário do que se imagina, sem saber bem por quê. Como disse há pouco, só podemos chegar a pedaços de real. O real, aquele de que se trata no que é chamado de meu pensamento, é sempre um pedaço, um caroço. É, com certeza, um caroço em torno do qual o pensamento divaga, mas seu estigma, o do real como tal, consiste em não se ligar a nada. Pelo menos é assim que concebo o real (LACAN, 2007, p. 119)

Se do Real só podemos ter acesso a pedaços, é na medida em que uma formalização atinge um real que ela cai como dejetivo, como resíduo, não sendo reutilizável como modelo. Para Porge:

A topologia não é um modelo e, sobretudo, ela faz sair do pensamento de modelo [...] Todas as concepções de modelo – seja o ideal platônico, seja o sistema formalizado de simulação – estão, no entanto, unidas no visar a uma adequação entre o modelo e seu objeto, *res et intellectus*. Ela não pode, contudo, ser obtida a não ser assintoticamente, já que, por definição, deve sobrar uma separação entre o modelo e seu objeto. Ora, o próprio modelo não pode dar conta da inadequação que o torna adequado enquanto modelo. A nosso ver, é em torno dessa falha que Lacan demarca o real da estrutura. (PORGE, 2006, p. 227).

Como definir então o estatuto da topologia em Lacan sem ser em oposição à concepção metalinguística, à analogia e à metáfora? De acordo com Porge, “a topologia (também chama de geometria de posição) não é um objeto de conhecimento, mas um saber sobre a posição do sujeito entre o dito e o dizer” (2006, p. 226), mas também “não é uma metáfora por não estar do lado do efeito de significação, mas do lado do fora-de-sentido do gozo, da combinatória; um gozo não todo na linguagem, o qual, porém, não se poderia abordar sem ela” (PORGE, 2006, p. 226). Nesta mesma linha de argumentação, vejamos como Bairrão apresenta essas questões referentes

à pertinência do recurso à topologia na psicanálise, começando por sua oposição à concepção de modelo ou forma de metalinguagem:

O autor [Lacan] reconhece que por vezes usou “modelo” como significando figura, o que dá razão a quem defenda Lacan empregar certos esquemas como facilitações da inteligência do texto corrido, sem maiores pretensões teóricas. Mas a distinção reconhecida, e mais ainda a qualificação desse uso da palavra como impróprio, parece confirmar que, pelo menos nesta altura, quando palavras e matemáticas são essenciais, visaria progressivamente abandonar o uso intuitivo daqueles, encarado como mera escala rumo ao máximo rigor. Outra razão para essa desistência prende-se à desconfiança inspirada por certas decorrências psicológicas da utilização de modelos, em si mesmas alheias à sua conceituação. Não é apenas o temor de re-introduzir o equívoco da representabilidade, a ilusão de acesso aos objetos pelo conhecimento, que inspira a determinação lacaniana de evitar modelos [...] Lacan sempre recusará repetir no nível da forma o esquema sujeito-objeto. Para tanto exclui a possibilidade de qualquer metalinguagem – em outras palavras, de tomar a forma como objeto –, pois na medida em que qualquer discurso se suporte seja suporte de um sujeito, a necessidade de tomar este na sua especificidade subjetiva (na primeira pessoa, nunca sequer para si própria objetivável, e portanto isso cognitivamente inacessível, inconsciente), obriga-o a supor o sujeito sempre em ato em todo o ato de palavra, inclusive no discurso pretensamente mais “des-subjetivado”, o matemático. (BAIRRÃO, 2003, p. 133).

De acordo com Bairrão, Lacan rejeita a distinção forma-conteúdo, se apropriando inclusive da lógica modal como forma de explicitar que não há discurso sem sujeito, pois o conteúdo proposicional está sempre ligado a uma posição subjetiva – aqui entendida como relação do sujeito à cadeia de significantes que o determina. Assim, “a apreensão do sujeito sempre em ato (discursivo) visa substituir a concepção de modelo por algo que impeça a cristalização, o “congelamento”, do sujeito por uma função inativa, subsumível a qualquer viés tendente a imaginarizar o objeto”. (BAIRRÃO, 2003, p. 134). Não se trata da captura de objetos cognoscíveis, senão de uma forma rigorosa de trabalhar operações de corte e sutura, de transformações na estrutura.¹¹

11 Cf. Bairrão: “Poderia Lacan permitir-se pensar a topologia como uma teoria das estruturas? Para efetivamente responder à questão é fundamental bem compreender a insistência lacaniana em diferenciar a articulação topológica do discurso, do recurso a modelos. A radicalidade e a coerência não lhe permitem facilidades desse gênero. A exclusão do conhecimento – a impossibilidade de fundamentar a ciência psicológica do ponto de vista empírico –, leva à exclusão (mesmo em níveis mais rarefeitos do espírito, como a investigação matemática) de quaisquer esquemas de pensamento inspirados numa objetivação desavisada da impossibilidade, da qual se produz e se deriva a recusa do pensamento teórico e se induz a assunção subjetiva da sua inviabilidade, de correspondência da presença à representação. [...] Não é coerente des-substancializar o real, nem adianta assegurar a vacuidade da forma não lhe dando como conteúdo uma forma ao segundo grau, para depois objetivamente os tratar numa descrição teórica, pois a falta como tal não pode ter medidas – o que seria próprio de objetos positivos. A “ciência” da falta

Lacan é bastante claro neste ponto: “minha topologia não é de uma substância que situe além do real aquilo que motiva uma prática. Não é teoria” (2003, p. 479). Não se trata da captura de objetos cognoscíveis, senão de uma forma rigorosa de trabalhar operações de corte e sutura, de transformações na estrutura:

Estruturas topológicas são pura e simplesmente apresentações da espacialidade simbólica, habitat do sujeito, que é o lugar (do) significativo – este sendo a noção basilar do conceito de estrutura. [...] O fundamental é salientar que a ciência formal topológica não se alça a teoria [...] O único papel da topologia é permitir abordar determinadas transformações, pela ação analítica, suscetíveis de serem (feitas) na estrutura [...] A topologia faz-se equivaler à estrutura [...] Tal equivalência possibilita um tratamento preciso da estrutura, uma consideração matemática dela, preciosa mas facilmente deteriorável em abandono da verdade da experiência como falta, se se incorrer no erro de sair do âmbito da cientificidade formal para considerar a primeira como teoria, no sentido (comum às ciências empíricas) de captura conceitual – o mesmo é dizer, imaginária – de objetos. (BAIRRÃO, 2003, p. 139).

A topologia lacaniana se mostra como uma forma de articular a falta de objeto através dos furos, cortes e bordas e não se reduz à topologia como teoria. Sua principal relevância seria de situar os significantes em uma espacialidade com qual se possa operar. Isso não significa que a topologia seria redutível uma espécie de espacialização da linguística, pois implica, dentre outras questões, na corporificação da escrita e na significantização do corpo, decorrendo em uma escritura que permita fundir espacialidade e simbolização. (BAIRRÃO, 2003).

Vê-se como a questão da estrutura topológica composta por furos e bordas se encaminha para uma reconsideração da espacialidade, da escrita e do corpo na psicanálise. Ainda de acordo com Bairrão, “Lacan vai claramente identificar o corpo com o lugar concreto em que a estrutura é. Precisamente, vai fazer coincidir o corpo com a borda (real) do espaço em que os elementos da estrutura topologicamente calculáveis, as letras, se inscrevem”. (2003, p. 144). Esta relação de comunidade topológica entre o inconsciente e o corpo é o que veremos a seguir.

Mais-além da formalização abstracionista: o corpo

Conforme o que apresentamos, o recurso à topologia é justificado pelo significativo apresentar uma estrutura conjuntista, por esta estrutura engendrar um sujeito em exclusão íntima e por permitir tratar das operações de corte, limite e sutura que se realizam na estrutura, modificando-a. No entanto, trata-se para Lacan de objeto contraditória a falta como objeto. Por isso não há como conceitua-la no quadro de uma geometria (que permitiria situar coisas num espaço). Apenas se pode pensá-la em termos de (vácuas) posições espaciais, o que esclarece o privilégio conferido à topologia, bem como a imposição de a pensar no discurso”. (BAIRRÃO, 2003, p. 139).

de ir mais além de um formalismo, considerando o real como o “mistério do corpo falante”:

Só a matematização atinge um real - e é nisto que ela é compatível com nosso discurso, o discurso analítico - um real que nada tem a ver com o que o conhecimento tradicional suportou e que não é o que ele crê, realidade, mas sim fantasia. O real, eu diria, é o mistério do corpo falante, é o mistério do inconsciente (LACAN, 2008c, p. 140)

O real de que se trata não se refere ao organismo, o que reduziria a psicanálise um biologicismo que ainda a assombra, mas também não pode se reduzir ao impossível lógico-formal de que se encarregam os lógicos, distante da experiência analítica, devendo ser situado no campo próprio da psicanálise, a qual deve lidar com o corpo habitado por um sujeito. Conforme Bairrão:

[...] posta as coisas naqueles termos, como real e significante, há o risco de imputar ao lacanismo um abstracionismo formalizante, que solva o palpitante da vida carnal e psíquica em cálculos lógicas e figuras topológicas. O analista o nega, declarando que apenas tenta pensar e descrever o imediato da matéria orgânica, o corpo vivo. É inconveniente reduzir o ser falante a um mero formalismo, até porque este só se justifica contrapondo-se a alguma substância que possa preencher as formas. É que mais poderia diferenciar o humano de máquinas “formais”, que não o corpo? (BAIRRÃO, 2004, p. 184).

O corpo não poderia ser reduzido ao registro do imaginário, tampouco a um simbólico que se limite a uma organização espacial asséptica, já que se trata do corpo vivo, mortal. Destaca-se a importância do conceito de pulsão como articulador do sujeito do significante com o corpo, cuja ação de bordejar os buracos de um espaço delimita lugares. De acordo com Lacan:

Será que não vemos na metáfora freudiana encarnar-se essa estrutura fundamental – algo que sai de uma borda, que reduplica sua estrutura fechada, seguindo um trajeto que faz retorno, e de que nada mais assegura a consciência senão o objeto, a título de algo que deve ser contornado? Esta articulação nos leva a fazer da manifestação da pulsão, o modo de um sujeito acéfalo, pois tudo aí se articula em termos de tensão, e não tem relação ao sujeito senão de comunidade topológica. Pude articular para vocês o inconsciente como se situando nas hiências que a distribuição dos investimentos significantes instaura no sujeito, e que se figuram no algoritmo em um losango [◇] que ponho no coração de qualquer relação do inconsciente entre a realidade e o sujeito. [...] É no que algo no aparelho do corpo é estruturado da mesma maneira, é em razão da unidade topológica das hiências em jogo que a pulsão tem seu papel no funcionamento do inconsciente (LACAN, 2008b, p. 177-178)

Ao nos desvencilharmos de uma concepção obscurantista do inconsciente

como profundidade, podemos nos aproximar de uma articulação mais rigorosa de sua estrutura pulsante que se mostra em uma alternância entre abertura e fechamento. Vejamos como isso é colocado por Lacan:

Hiância, pulsação, uma alternância de sucção, para seguirmos certas indicações de Freud: é disso que precisamos dar conta, e foi isso que tratamos de fazer fundamentando-o numa topologia. A estrutura daquilo que se fecha inscreve-se, com efeito, numa geometria em que o espaço se reduz a uma combinatória: ela é, propriamente falando, o que ali se chama de uma borda. Ao estudá-la formalmente nas consequências da irreducibilidade de seu corte, nela poderemos reordenar algumas funções, entre a estética e a lógica das mais interessantes. Nisso percebemos que é o fechamento do inconsciente que fornece a chave de seu espaço e, nomeadamente, a compreensão da impropriedade que há em fazer dele um interior (LACAN, 1998, p. 852).

Trata-se de uma constituição espacial que funda uma corporeidade, irreduzível ao organismo, na medida em que o corpo é constituído pela linguagem, deixando marcas de sua incorporação. Vemos ainda a crítica, reiterada por Lacan em diversos momentos de sua obra, à concepção do inconsciente como profundidade, o qual reformula em termos de superfície que acolhe uma escrita e se rearranja a partir de cortes e suturas. Sobre a articulação entre corpo e pulsão, Bairrão coloca que:

Os limites da significação indicam posições limites no corpo. É aí que, realmente, “co-incidem” corpo e sujeito – a pulsão, como “desencontro” entre presença e representante, enunciação e significante. Graças à noção de pulsão a espacialidade não mais precisa ser tratada nem abstrata nem objetivamente. Concretiza-se e “subjetiva-se” em corpo, uma vez que em psicanálise *o espaço não é uma ideia, o espaço é alguma coisa que tem uma certa relação, não com o espírito, mas com o olho*. Afinal, espírito é um conceito “metafísico”, “desencarnado” da experiência. Psicanaliticamente, é uma impropriedade. Ao contrário do olho, instância corpórea amiudamente realmente representativa do sujeito. Por isso, o realmente próprio do corpo como limite simbólico, aquilo em que se o distingue do mero espaço como limítrofe do real (como) sujeito, nada mais é do que o que atende à ideia de pulsão (BAIRRÃO, 2004, p. 188).

Trata-se, em última instância, de inferir o sujeito no âmago da questão acerca da constituição e apreensão da espacialidade em psicanálise, pois, de acordo com Bairrão: “com o termo [pulsão] se designa o originário do sujeito no registro do real. Segundo as suas palavras [de Lacan], a pulsão é [...] *a primeira modificação do real em sujeito, sob o efeito da demanda*. (LACAN, 1962, apud BAIRRÃO, 2004, p. 188). O autor complementa que: “Não pode pois haver dúvida de se tratar de conceito sobremaneira relevante no trato topológico do real como sujeito, sendo da maior importância constatá-lo” (BAIRRÃO, 2004, p. 188). Desse modo, a pulsão realiza a escrita dos significantes enquanto posições subjetivas, como letras, no corpo, em

torno de um vazio:

As posições subjetivas corpóreas, pulsões, enquanto posições são letras. São significantes “corpóreos”, tanto por serem corpo em forma de letras, como por, “literalizando-se”, transmutarem matéria viva em corpo. Porém, é fundamental bem entender que tais posições não se reduzem a uma combinatória de lugares, ou seja, ao simbólico. O simbólico como combinatória de lugares nelas se dispõe, mas o vazio que da perspectiva mesma desse registro lhes é consubstancial, ainda que o motivo, é irreduzível a qualquer cálculo. O que deste em última instância é próprio é o movimento de deslizamento do sujeito no intento de se apreender, e o que como pulsão se marca é precisamente um impossível de objetivar, mas inferível da ideia mesma de representante: o impensável do real sujeito. (BAIRRÃO, 2004, p. 189).

A pulsão permite passar da formalização abstrata à corporificação do significante como escrita da letra que presentifica o sujeito, pois “no limite o gozo só se apreende e se concebe devido ao corpo. Há gozo do corpo. O corpo goza e goza-se do corpo. E este, como corpo gozado, é “literação”: goza-se pelo significante” (BAIRRÃO, 2004, p. 209).

Vê-se como estão irreduzivelmente imbricadas as noções de espacialidade e corporeidade, na medida em que não se trata de reduzir o corpo à espacialidade significante, nem de reduzir a espacialidade significante à corporeidade antropomórfica, mas de indicar a gênese de ambas em seu “desencontro”, correlato do surgimento da pulsão como delimitação erógena, só havendo corpo como deserto de gozo, o qual se situa em suas bordas.

Faz-se imprescindível destacar a subversão que Lacan opera sobre seu próprio ensino no início dos anos setenta ao enunciar o aforismo de que “não há relação sexual”, culminando na apresentação das fórmulas quânticas da sexuação, além da radical mudança de perspectiva em relação à cadeia significante que passa a ser tomada como “Essaim”, e uma reconsideração da centralidade do gozo e sua posterior pluralização em diferentes modalidades.

Pode-se verificar uma confluência entre estes três aspectos fundamentais que são reformulados por Lacan no decorrer de seu ensino, a saber, o desenvolvimento do conceito de gozo e sua decomposição em diferentes modalidades, a relação do significante em sua composição de cadeia e a reformulação do estatuto do objeto *a*: todos convergem para a instauração do paradigma da topologia do nó borromeano.

O conceito de gozo começa a ser elaborado detidamente por Lacan desde o seminário sobre a ética (LACAN, 2008a) e vai se transformando ao longo de seu ensino. O gozo seria o fator econômico na psicanálise lacaniana, tendo sido articulado pelo psicanalista francês nas matrizes linguística, ético-jurídica, econômico-política e, por fim, lógico-formal. Em um exame do percurso trilhado por Lacan, poderia se dizer que seu ensino se desenvolve a partir da introdução de

uma teoria do significante que articula uma dialética do sujeito até se deparar com a paradoxalidade do objeto que demanda uma topologia das pulsões, a qual impõe maior dificuldade de integração teórica, pois exige uma rearticulação do ponto de vista econômico. (DUNKER, 2002).

Em uma primeira definição, o gozo seria a satisfação pulsional buscada pela compulsão à repetição (LACAN, 2008a). Braunstein (2007, p. 63) indica que “se o gozo tem a ver com a pulsão, é na medida em que a pulsão deixa um saldo de insatisfação que estimula a repetição, e é nesta medida que a pulsão é historizadora, já que insatisfaz”. Ainda de acordo com o autor, “o gozo é o saldo do movimento pulsional ao redor do objeto porque isso que se delinea neste caso é o vazio da Coisa, o tropeço com o real como impossível” (BRAUNSTEIN, 2007, p. 63).

Em uma leitura aprofundada da problemática do sujeito em Lacan, Bairrão coloca que o gozo, mais do equivaler à (in)satisfação pulsional, se refere a uma perda de si:

O gozo aparece como o paradoxo da perda de *si* – sem necessariamente haver antecedência cronológica, e sem que estruturalmente possa ser de outra forma – um instante lógico antes do encontro do sujeito com o objeto. Encontro falho por o objeto para o sujeito não ser dado, o que lhe enseja que, sem saber (nem se saber), se “desencontre” desejante. Por isso, a insistir-se na referência subjetiva e subjetivante como critério da mínima positividade possível no encaminhamento dessas questões – quer dizer, a optar por preservar a condição única de subsistência de qualquer universo discursivo, ainda que paradoxal, que é o sujeito -, o primeiro passo a se ressaltar é o da imprescindibilidade de enfocar o gozo, não no quadro do encontro com o impossível objeto, mas antes pelo aspecto simétrico da perda de *si*. Como paradigma de todas as míticas faltas, a perda do objeto primeiro a nada mais remete que não à falta de inteireza do ser *eu*, consoante ela mesma se enuncia e denuncia no caráter notoriamente subjetivo do objeto “a”. De fato, o objeto, impossível, que nada mais é que uma parte desconhecida do sujeito “realizado”, faz-se o meio por excelência para o equilíbrio precário em que **eu** se faz subsistir e gozar. (BAIRRÃO, 2004, p. 211).

O desencontro com o objeto é o correlato simétrico da perda de si, na medida em que denuncia sua incompletude e dependência à essa parte faltante de si que encarna o objeto. Dessa forma, a visada ao gozo associado a um objeto faltante fracassa e a repetição reitera a perda de gozo. É o que nos indica Bairrão:

A repetição visa à repetição de um gozo, imaginariamente associado a um objeto (necessariamente em falta) de que se recorta um representante do sujeito. A reiteração do que se repete, a retomada do gozo, é portanto uma reprodução do intento de religar o sujeito (a um

objeto que, em si mesmo, é representante de *si*). Empreendimento estruturalmente condenado ao fracasso, porque o mesmo gozo que busca, o obsta. Afinal, como condição mesma do gozo exige-se, ora a perda do sujeito, ora a sua projeção – a sua atribuição a Outro que *me* diz. Se sucedesse *eu* gozar, a repetição cessaria. É precisamente porque o sujeito não soçobra, e portanto perde-se gozo, que a repetição persiste. Como presença do passado, apresenta-se a cada tempo do deslocamento significante, em cada série de desencontros em que a “coisa” escapa. (BAIRRÃO, 2004, p. 214).

Esse fracasso inerente à satisfação pulsional que gera perda de gozo constitui o motor da repetição, a qual, no entanto, poderia se considerar como possuindo duas faces: uma do idêntico, da busca pela satisfação primeira que, se alcançada, seria também a última, se esgotando plenamente e eliminando a tensão que a mantém; outra, da diferença, pois na medida em que é vinculada pelo significante, carrega a marca da mínima e absoluta diferença consigo, jamais podendo coincidir com sua última aparição.

Se no início do ensino de Lacan havia apenas uma forma de gozo, entendido como algo a ser evitado e oposto ao desejo, nos anos seguintes o conceito de desejo é aos poucos deixado de lado para que o gozo assuma um papel central, deslocando a divisão externa entre gozo e desejo para uma divisão interna no conceito de gozo, o qual é pluralizado em termos de diferentes modalidades. A abordagem do gozo em suas diferentes modalidades se dará pelo desenvolvimento de uma nova topologia, a qual se mostra imprescindível para esta tarefa, na medida em que:

Como sofrimento, o gozo é tensionamento dos limites do interdito em direção ao impossível. Conceituá-lo objetivamente, não estruturalmente, seria reificar imaginariamente o sujeito, afastando-se mais e mais da sua “inexperiência”. O único modo de abordá-lo é topologicamente. Com tal procedimento desvenda-se que, embora figura da extinção do sujeito, é equacionável como uma (mais do que certa) possibilidade do mesmo: é preciso captar que esta topologia, quero dizer, a do gozo, é a topologia do sujeito. (BAIRRÃO, 2004, p. 223).

Nunca é demais ressaltar essa característica fundamental a respeito do gozo, de que não se trata de uma experiência subjetiva localizável, como se alguém pudesse apontar para onde quer que seja e dizer: “aí está o gozo”. É nesse sentido que o gozo é da ordem de um real como impossível de ser apreendido, pois, ainda que seja aquilo que retorna sempre ao mesmo lugar, esse lugar não está dado pela experiência, escapando a qualquer fenomenologia. Dessa forma, o gozo não é suposto pela experiência, mas pela construção de uma lógica do sujeito do inconsciente, o qual é representado por um significante para outro significante.

Tendo apresentado os fundamentos do uso da topologia em Lacan a partir da busca por uma apreensão rigorosa da estrutura que se erige a partir de uma corporeidade tomada pela linguagem, abordaremos então a problemática da relação

entre a topologia e o tempo.

A topologia e o tempo

A temática da temporalidade se faz presente na psicanálise desde Freud, o qual constata a atemporalidade do inconsciente, na medida em que este não é ordenado temporalmente, ou seja, permanece inalterado com o passar do tempo¹². Essa questão acaba sendo deslocada por Freud em sua segunda tópica, passando a remeter a instancia do *Isso*:

As leis lógicas do pensamento não se aplicam ao id, e isto é verdadeiro, acima de tudo, quanto à lei da contradição. [...] No id não há nada que se possa comparar à negativa e é com surpresa que percebemos uma exceção ao teorema filosófico segundo o qual espaço e tempo são formas necessárias de nossos atos mentais. No id, não existe nada que corresponda à ideia de tempo; não há reconhecimento da passagem do tempo, e – coisa muito notável e merecedora de estudo no pensamento filosófico – nenhuma alteração em seus processos mentais é produzida pela passagem do tempo. Impulsos plenos de desejos, que jamais passaram além do id, e também impressões, que foram mergulhadas no id pelas repressões, são virtualmente imortais; depois de se passarem décadas, comportam-se como se tivessem ocorrido há pouco. (FREUD, 1996[1932], p. 78-79)

É bem verdade que a questão da temporalidade em Freud não se esgota com essas pontuais asserções, havendo em sua obra uma série de conceitos fundamentais que articulam temporalidades distintas, relacionadas à dimensão temporal à posteriori do evento traumático, ao problema da reversibilidade, ao tempo mítico, à pulsão e ao trágico (GONDAR, 1995), referentes à consideração acerca da memória e do binômio regressão/progressão, abordadas por metáforas arqueológicas e escriturais (GUELLER, 2005).

Lacan, no seminário inaugural de seu programa de retorno à Freud, retoma a questão sob outro prisma, alegando não se tratar da exterioridade do inconsciente ao tempo, mas da equivalência entre o tempo e o conceito como tempo de si mesmo, tempo puro da coisa, sob a égide da repetição. Nas palavras de Lacan:

Encontramo-nos aqui no coração do problema do que Freud avança quando diz que o inconsciente se coloca fora do tempo. É

12 De acordo com Freud: “Em consequência de certas descobertas psicanalíticas, encontramos hoje em posição de empenhar-nos num estudo do teorema kantiano segundo o qual tempo e espaço são “formas necessárias de pensamento”. Aprendemos que os processos mentais inconscientes são, em si mesmos, “atemporais”. Isso significa, em primeiro lugar, que não são ordenados temporalmente, que o tempo de modo algum os altera e que a ideia de tempo não lhes pode ser aplicada”. (FREUD, 1996[1920], p. 36)

e não é verdade. Ele se coloca fora do tempo exatamente como o conceito, porque é o tempo de si mesmo, o tempo puro da coisa, e pode como tal reproduzir a coisa numa certa modulação, de que qualquer coisa pode ser o suporte material. Não se trata de outra coisa no automatismo de repetição. (...) Se efetivamente o conceito é o tempo, devemos analisar a palavra por andares, procurar os múltiplos sentidos dela entre as linhas. (LACAN, 1985, p. 276).

Em “O Tempo Lógico e a Asserção de Certeza Antecipada”, principal referência a respeito da temática do tempo na obra do psicanalista, Lacan apresenta o silogismo dos três prisioneiros do qual extrai os três tempos lógicos – instante de ver, tempo para compreender e momento de concluir – que configurariam a temporalidade própria do inconsciente. A questão parte do problema da identificação que se enuncia pelo impasse do sujeito na asserção de sua própria identidade, a qual se mostra inabordável diretamente pela experiência e cuja resolução só é possível por uma lógica que inclui em seu fundamento a dimensão temporal da pressa que deve culminar em um ato. De acordo com Porge (1994, p. 84), “o tempo lógico não é tanto uma lógica do tempo, senão uma lógica do ato. Uma lógica do ato determinada, não pelo tempo, mas pelos tempos”. O tempo lógico ocupa um lugar fundamental no ensino de Lacan, tendo sido retomado e reformulado em diversos momentos, incluindo em suas elaborações topológicas.¹³

Em um enunciado datado que explicita suas pretensões na época, Lacan afirma que a psicanálise “só dará fundamentos científicos à sua teoria como à sua técnica ao formalizar de forma adequada estas dimensões essenciais de sua experiência que são, com a teoria histórica do símbolo: a lógica intersubjetiva e a temporalidade do sujeito” (LACAN, 1998, p. 289-290).

No último de seus seminários, intitulado “A topologia e o tempo”, Lacan apresenta um esboço do que seria sua última tentativa de articular a problemática da temporalidade à sua topologia. De acordo com ele:

Há uma correspondência entre a topologia e a prática [analítica]. Esta correspondência consiste nos tempos. A topologia resiste, é nisto que a correspondência existe. [...] Apesar de tudo, há uma hiância entre a psicanálise e a topologia. No que me detenho, é nesta hiância: em preenchê-la. [...] Há uma equivalência entre a estrutura e a topologia. (LACAN, 1978-1979, lição de 21/11/1978)

Mais do que uma mera reedição da problemática da temporalidade em termos topológicos, trata-se de uma problemática fundamental legada por Lacan, na medida em que “o problema do método topológico é a sua relação com o tempo” (DUNKER, 2016, p. 21). Parece-nos decisivo que o problema do tempo é destacado justamente em convergência com o desenvolvimento de procedimentos topológicos operados por deformações contínuas, ou seja, que não dependem de um

13 Para um estudo detalhado acerca do tempo lógico remetemos o leitor ao trabalho de Porge (1994).

agente exterior para se efetuar, acentuando a dimensão temporal necessária para sua realização.

A problemática das relações entre a topologia e o tempo se mostra fundamental para compreender o encaminhamento dado por Lacan para a questão epistemológica acerca da estrutura do sujeito. A questão se mostra espinhosa por tratar da especificidade do real como refratário a apreensão em uma temporalidade simbólica. De acordo com Dunker,

a noção de real desenvolve-se em Lacan como uma crítica ao imanentismo do tempo. O real é racional e o racional é real, porque ambos então unidos na improvável e paradoxal contradição temporal acima exposta. O real é um registro e todo registro é uma forma de estar e reter o tempo. Todavia, o real representa o fracasso do registro enquanto memória e simbolização. Ele é um problema na função mesma do registrar (se usamos a escrita por referência), ou do contar (se usamos o número por referência), por isso o real será apresentado como “o que não cessa de não se escrever”. O real é o nome de um paradoxo do tempo, não uma substância gozante a se realizar no espaço dos corpos individualizados. Lembremos que a tríade Real, Simbólico e Imaginário nasce junto com os atos ou processos de simbolização, imaginarização e realização. Os registros compreendem uma relação no sentido hegeliano do tempo do conceito e por isso quando pensados fora da temporalidade constituem um típico efeito metafísico. Pensar o Real apenas com a lógica ou a topologia, sem enfrentar sua ligação com o tempo é indício da mais manifesta metafísica lacaniana. Alain Juranville (1987), um dos primeiros filósofos a examinar sistematicamente a psicanálise de Lacan percebeu claramente esta intuição simples e originária em sua obra: o Real é o tempo. (DUNKER, 2017, p. 9-10).

Diremos primeiramente que estamos totalmente de acordo com o argumento de que “o real é o nome de um paradoxo do tempo” que delineia a forma como a problemática é apresentada. A questão que de fato nos ocupa mais diretamente nas asserções apresentadas é de que “pensar o Real apenas com a lógica ou a topologia, sem enfrentar sua ligação com o tempo é indício da mais manifesta metafísica lacaniana”, o que também estamos de acordo, porém, nos opomos ao que o argumento parece presumir que a topologia não estaria em condições operar esta relação com o tempo. Cabe uma reflexão aqui acerca do sentido da afirmação de Dunker, pois o autor tem uma leitura bastante esclarecida acerca do vínculo inextricável entre topologia e tempo. O problema seria que o tempo vinculado pela topologia certamente não pode ser o tempo histórico, dialético, como quer o autor¹⁴

14 Cf. Dunker (2017) “o tempo é real porque a mudança é real” (p. 9), pois, de acordo com o autor, enquanto a lógica do significante se caracterizaria por uma temporalidade formada por posições e repetições sincrônicas e diacrônicas, o real envolveria uma temporalidade de “movimentações constantes entre o presente infinito e os passados e futuros possíveis que ele engendra” (DUNKER, 2017, p. 9). A primeira temporalidade seria lógica e estrutural e a segunda, histórica e dialética, mas ambas conviveriam e confluiriam na suposta definição do real em Lacan, e por isso o real seria impossível na primeira série e contingente na segunda.

para sua compreensão do real. Neste sentido, faz-se necessário uma incursão mais detalhada e complexa acerca da relação entre real e tempo. Vejamos como a questão é trabalhada por Bairrão:

Bem entendido, o real não remete a qualquer temporalidade, mas sim a um tempo a caracterizar como desvinculado de qualquer recurso suscetível de evocar sentido, mudança, transformação. Que portanto não é o tempo histórico, nem o cronológico. Tempo nem passado nem futuro, pois admitida uma sucessividade discriminativa de um antes e um depois, a temporalidade inclui-se fora do real. Um tempo ao qual, demarcativamente, paradoxalmente bem assenta a especificação de atemporal. Reduzida a repetibilidade a uma questão de estrutura, este tempo – o tempo real, “re-presentation” do mesmo – outra coisa não é que o tempo da repetição. A atemporalidade encarna-se na repetição porque Lacan aborda a temporalidade real advertido pelas suas considerações a propósito da estrutura, significante, espaço, ação e, principalmente, sujeito. Caso contrário, iludir-se-ia imaginando o último – representado e criado na e pela cadeia significante – como sobrepassante sobre a literalidade. Na esfera temporal o pairar significa-se como antecipação, o que é inadmissível: não há sujeito anterior à ordem simbólica, nem sequer uma permanência que o antecipe num (imaginado) passo futuro, mesmo que na forma simétrica, ingênua, da crença em um tempo (passado) que tenha vindo antes do presente. Pois se veio antes, e o momento é agora, estar-se-ia autorizado a especular e a imaginar que, quando o passado foi presente, o presente atual teria sido um futuro real. Ora, no real não há história. Só há uma insistência que, como tempo, se repete. (BAIRRÃO, 2004, p. 175).

Nota-se que esta é uma concepção da temporalidade do real muito mais condizente com a proposta explícita que atravessa o ensino de Lacan. Trata-se de uma atemporalidade que só se evidencia pelo impasse da repetição, questão que remete diretamente a não-identidade a si mesmo que caracteriza o significante – fundamental à questão da identificação. De acordo com Bairrão:

Por a identidade se excluir do significante, o que por sem sentido nem orientação dele se exclua, “o mesmo”, embora como ele capturado e de certa negativa forma nele articulado, apenas se assinala como repetição. Esta é pois uma situação de compromisso entre o perene diferenciar-se e o “mesmificar-se”: [...] *mesmo ao repetir o mesmo, o mesmo por ser repetido se inscreve como distinto* [LACAN, 16/05/1962] Afinal, até porque intrinsecamente o significante se caracteriza pela diferença, o encontro com a real mesmidade é um falho encontro. Até por isso, é a repetição que indica no universo – ou melhor, no significante – o que é da ordem do real. Seria vão empenhar-se em elucidar a problemática do real, omitindo o enfrentamento da temática da repetibilidade. (BAIRRÃO, 2004, p. 174).

Essa temporalidade do encontro falho da repetição é desenvolvida topologicamente por Lacan no início dos anos sessenta, em seu seminário sobre

a identificação (LACAN, 1961-1962). A estratégia de formalização em estruturas topológicas acompanha Lacan até o final de seu ensino.

Acreditando ter evidenciado suficientemente o necessário enfrentamento da problemática acerca da articulação temporal entre significativo e real pela topologia lacaniana, prosseguiremos ao exame do que qualificaria a topologia como um instrumento indispensável para intervenção clínica, questão que esbarra na dimensão ética implicada na direção do tratamento.

Ética e topologia

Uma das principais características da psicanálise lacaniana é o acento da dimensão ética em detrimento da técnica na direção do tratamento, o que se justifica por uma homologia com o que erige como fundamento do estatuto do inconsciente, o qual “é ético, e não ôntico” (LACAN, 2008b, p. 37). De acordo com Teixeira,

foi por um ato de coragem que Lacan empreendeu, no início dos anos 60, seu seminário sobre a Ética da Psicanálise. Numa época em que era necessário nada menos do que todo o rigor da “indiferença estruturalista para se afrontar o humanismo indecente que continuava a se exibir”, a consideração ética da experiência freudiana requeria uma atitude que fosse contrária a esta indiferença, sem perder no entanto de vista o rigor que, no campo das ciências ditas humanas, somente o estruturalismo parecia assegurar. A questão era bem delicada: como forjar um modo de tratamento da questão ética que a “indifférence structuraliste” interditava uma vez que o seu acolhimento existencialista se degradava em *désarroi*, em razão do seu confinamento ao historicismo? Talvez mais do que o interdito estruturalista, seria a ilusão da consciência histórica transmitida pelo romantismo o que então impedia de dar - e o impede até hoje - uma formalização correta à questão ética da existência. Ao se ligar, a partir de Hegel, à temporalização como modo privilegiado de apreensão do conceito, o historicismo romântico se opôs radicalmente à formalização atemporal do pensamento matemático, realizando assim uma separação quase completa entre a ciência e a filosofia. (TEIXEIRA, 1999, p. 19-20)

A questão que se delinea para nós é justamente acerca de como Lacan pôde articular em seu ensino a dimensão ética com a formalização lógico-matemática. Mais do que a simples coexistência em planos distintos desses dois modos aparentemente opostos de se tratar de problemáticas eminentemente clínicas, há em Lacan uma integração desses campos:

Nessa perspectiva, um dos méritos maiores de Lacan foi de ousar estender o rigor da formalização científica da estrutura para além do seu estatuto de mero instrumento de análise, reintegrando-a, através da consideração do problema ético, a um verdadeiro dispositivo de pensamento. [...] Lacan veio destacar o topos ético da psicanálise, fora de toda referência humanista, mediante a apreensão conceitual da causa do desejo como lugar indecível do qual se descompleta

a estrutura de determinação simbólica do sujeito. É localizando o desenvolvimento desta noção de causa como falha estruturante, no que ela se subtrai à determinação da estrutura, que estimamos poder precisar como o rigor de um pensamento ético atravessa o ensino e a *praxis* de Lacan. (TEIXEIRA, 1999, p. 20-21)

É neste ponto que surge a questão de que nos ocupamos, questão acerca da transmissão da psicanálise, da possibilidade de articular um saber em termos formais do que se passa em uma análise. Para Teixeira,

a dimensão ética resiste singularmente à literalização lógica sobre a qual se encadeia um raciocínio dedutivo; talvez tenha sido por esse motivo que Lacan jamais propôs um matema da ética, conforme o ideal de transmissibilidade que ele queria para a psicanálise. Sustentamos não obstante, ainda que seja a título de hipótese que é possível conceber, a partir de Lacan, um saber sobre a ética, e que um tal saber, embora não seja articulável em matemas, não deve se restringir a um conjunto de injunções ou de aforismas – [nota de rodapé] O fato de que, para Lacan, “a única coisa da qual se pode ser culpado é de ter cedido do próprio desejo”, não nos autoriza de modo algum a propor o imperativo “não ceda jamais do seu desejo” que se viu propagar após a publicação do seminário sobre a ética. (TEIXEIRA, 1999, p. 163)

A dimensão ética, à qual Lacan atribui o estatuto do inconsciente, é o não-sabido que se faz em ato, por isso qualquer tentativa de domesticá-la, seja por aforismos ou matemas, está fadada ao fracasso. Acerca de sua relação ao matema, Teixeira retoma a questão por outra perspectiva:

Poder-se-ia mesmo sustentar, contrariando o que acabamos de enunciar, que se dispõe de um matema, talvez de um único, em torno do qual se ordenaria um saber sobre a ética. É possível literalizar por S (\emptyset) o nível de incompletude simbólica onde o sujeito, estando destituído de toda garantia de um saber suposto ao Outro, encontra-se deslocado da contingência das determinações múltiplas da deliberação para a necessidade ética da decisão, do ato de concluir. Postulando assim que a dimensão ética da responsabilidade tem início a este nível do qual S (\emptyset) é o índice, avançaríamos que, se um saber sobre a ética da psicanálise é formulável, tal saber deve poder enunciar, em seu princípio, as coordenadas dos limites internos de sua própria condição discursiva (TEIXEIRA, 1999, p. 165)

Julgamos ser uma escolha acertada do autor a indicação de que se há um matema que esteja mais próximo de formalizar a dimensão ética este é justamente o matema do significante do Outro barrado, que denuncia sua incompletude, sua castração, indicando um não-sabido que carece de ser reinventado. Quanto às condições para formulação de um saber sobre a ética da psicanálise que parta da enunciação das “coordenadas dos limites internos de sua própria condição discursiva”, Bairrão (2004) apresenta uma perspectiva da ética da psicanálise em

oposição à ontologia que explora essa problemática:

Diagnosticadas as ontologias como tentativas de aprisionar a ação do verbo em significações, a reflexão distancia-se da hipótese ontológica para, graças ao diagnóstico da ilusão de o sujeito se situar no comando da ação significativa, se adensar em ética. Mas certamente não sem que para tanto a disciplina ética tenha de ser repensada. Lacan define-a como um ajuizamento sobre ações que, em si mesmas, também são juízos. E mostra como apenas a psicanálise está aparelhada para “ouvir” tais julgamentos intrínsecos, no que se diferencia tanto das éticas tradicionais, que procuram tribunais extrínsecos, quanto da descrição “científica” da ação – psicológica ou sociológica, por exemplo. Por capacitar-se a escutar o sentido que se presta a medi-lo no próprio ato, a psicanálise divorcia-se do destino problemático de éticas que tenham de estabelecer tribunais da ação superiores (e exteriores) à feitura (significante) da mesma. Julgamentos extrínsecos ao sentido da ação são desnecessários, por esta já comportar em si uma sentença. Graças à noção previamente adotada de significativo, é possível interpretar a psicanálise como uma ética dedicada a ações elas mesmas procedentes e procedimentos de medida: ações racionalmente ordenadas, ações intrinsecamente carregadas de sentido. A fidelidade ao que se determina é paga com o ser. Logo, a ética não se pode reduzir a um capítulo da ontologia (BAIRRÃO, 2004, p. 241).

O argumento de Bairrão se fundamenta em que, estando o sujeito inconscientemente implicado pelos significantes que o determinam, a práxis psicanalítica não consiste em atribuir um sentido ao discurso do analisante, mas a fazer surgir seu sentido intrínseco que se revela justamente nos tropeços em que se articula, extraíndo o “peso” de suas asserções no que determinam o sujeito, cuja única medida possível é em relação ao desejo que as sustentam.

Há, no entanto, uma concepção corrente no meio psicanalítico de que haveria uma suposta oposição entre ética e topologia¹⁵, o que nos parece uma leitura equivocada das proposições lacanianas, pois, embora estas duas dimensões de fato não estejam articuladas por Lacan no seminário sobre a ética, elas convergem posteriormente em diversos momentos na obra do psicanalista francês. Isso se dá em termos do desejo do psicanalista como operador lógico articulado pela topologia do cross-cap que permite que o fim de análise divirja da identificação ao analista, do ato analítico estruturado como um semi-grupo de Klein, das intervenções do analista como cortes e suturas no nó borromeano, até a consideração da identificação

15 Cf. Dunker: “Se há, então, esta constância metodológica da topologia antes e depois do seminário da ética, por que nele não encontramos nenhuma menção sequer às relações entre a ética e o espaço, ou à relação entre ética e matemática? O problema torna-se ainda mais intrigante se lembramos que tal aproximação é patente em autores admirados e conhecidos por Lacan, tais como Espinosa e Nicolau de Cusa. Segundo nossa hipótese, essa ausência das referências topológicas na temática ética marca uma posição política em Lacan. Isso pode ajudar a justificar a ideia de que uma lógica completa, que unifique lugar, espaço e posição, é justamente o que se deve evitar em psicanálise”. (DUNKER, 2011, p. 602-603).

ao sintoma, articulada topologicamente e situada no horizonte da análise como uma ética do bem-dizer.

Lembremos a conhecida definição que Lacan propõe em sua releitura de Freud acerca da direção do tratamento psicanalítico: “Wo Es war, soll Ich werden”, “Lá, onde isso estava, lá, como sujeito, devo [eu] advir” (LACAN, 1998, p. 878). Trata-se de uma sentença de puro formalismo lógico, a qual contém um fundamento espacial, que configura um imperativo ético da psicanálise.

Que a topologia possa ser uma lógica completa a ser evitada é um contrassenso, pois, se a topologia lacaniana opera justamente dos paradoxos da lógica e se constitui nos impasses da formalização, não haveria de se temer sua impossível completude. Segundo Iannini,

[...] no esforço de formalização de impasses não se trata de um esforço de totalização ou de sutura. O dejetivo, o resto, o que escapa não são reintegrados sob as espécies do Mesmo, numa espécie de síntese dialética totalizante. Ao contrário, o esforço de recuperá-los através da escritura não pode fazer economia de sua estranheza, alteridade, enfim, da discordância entre saber e verdade que ele quer escrever. Sublinhemos o essencial: a impossibilidade da metalinguagem agrupa e sintetiza os diversos fatores que engendram impasses da formalização, e, ao mesmo tempo, fornece coordenadas negativas para a formalização de impasses. (IANNINI, 2013, p. 52)

Faz-se necessário ressaltar que, em nosso entendimento, o recurso à lógica e a topologia não prescindem da ética e da política. A práxis do psicanalista obviamente em nada se assemelha a do matemático, pois sua escuta e intervenções devem partir de um posicionamento ético perante o sujeito em análise. Além do mais, a dimensão política da psicanálise não apenas versa sobre as variáveis lógicas do tratamento, mas também acerca de sua inserção no laço social, desde suas relações com os outros campos do saber, fundamentais para sua própria constituição, até a propagação de seu discurso na sociedade e sua capacidade de elaborar problemáticas atuais, sua inserção na universidade e em instituições diversas, o que necessariamente implica em uma consideração de questões históricas e culturais.

A topologia seria justamente o contrapeso necessário para que a ética não se reduza a um discurso vazio, ou povoado de injunções e aforismas, como Teixeira (1999) critica, recaindo em uma moral ao gosto do indivíduo que se coloca como psicanalista e se vê na condição de responsabilizar o analisante por seu suposto gozo, desconhecendo sua própria responsabilidade na condução do tratamento.

A relevância da topologia para a clínica psicanalítica não se reduz a possibilidade de descrever com maior precisão a psicopatologia psicanalítica em termos de estruturas clínicas, mas em sua conjunção com a consideração do ato analítico em termos de sua ação na estrutura. Esse é para nós o ponto principal e mais

fascinante da proposição de Lacan, pois assevera que não se trata de metapsicologia, não se trata da mera descrição psicopatológica, mas sim da inclusão do ato analítico na estrutura em questão. Lacan chegou a dizer que seu objetivo era de “elevar a psicanálise à dignidade da cirurgia” (1977-1978, 11/04/1978), presumidamente se referindo às operações topológicas de corte e sutura, não para reduzir a psicanálise a uma técnica, contra o que Lacan se posicionou veementemente por toda sua vida¹⁶, mas para qualificar a necessidade de precisão, topologicamente orientada, do ato analítico que opera modificando a estrutura do sujeito. Com isto, seu objetivo não seria de suplantiar a dimensão ética, mas realizar uma convergência entre a dimensão ética e estrutural, portanto, topológica, ainda que elas não se anulem uma a outra.

Acreditamos com isto poder evidenciar a irredutível dimensão estrutural-topológica da ética do psicanalista. Reportar-se à estrutura e às operações que nela operam seria, não recair em uma técnica desprovida de fundamento que seria redutível a uma ortopedia do ser, mas, justamente ao contrário, abandonar o plano religioso do sentido e da ideologia, conservando a dimensão ética fundamental do desejo do psicanalista que permita efetuar o ato analítico. Se a psicanálise surge da aposta de que o sujeito seja suposto saber algo sobre seu padecimento (aposta que vai muito mais além de uma asserção que se refira a uma entidade neurológica como a memória, pois não é factual¹⁷) é em decorrência de um posicionamento ético, pois implica no não-saber do analista, na impossibilidade de antecipar o sentido do sintoma do analisando, para implicar o sujeito na cena fantasmática que estrutura sua realidade.

Em termos dos fundamentos da psicanálise como práxis, a dimensão ética deve ser situada em anterioridade lógica ao próprio estatuto epistemológico, na medida em que se trata primeiramente de uma escolha em não fixar uma identidade ao sujeito, ou seja, de opor à ontologia uma lógica da diferença, calcada no significante. O sujeito, arrebatado de qualquer suporte metafísico, é suposto somente pela relação dos elementos que compõem a estrutura. A opção metodológica pelo emprego da topologia é decorrente da primazia do estatuto ético-político atribuído ao inconsciente, é o último recurso no horizonte da busca

16 É importante ressaltar que, embora Freud tenha restringido a dimensão técnica da psicanálise à interpretação do inconsciente através da escuta flutuante do discurso latente, outras vertentes da psicanálise pós-freudiana, em especial a escola inglesa, atribui a questão da técnica um papel central. Lacan vai na contramão deste movimento, optando pelo enfoque na dimensão ética que orienta a direção do tratamento. Além disso, a psicanálise é uma prática clínica cujo objetivo se situa além da dimensão terapêutica, uma das razões de não se enquadrar no campo da psicologia como psicoterapia, embora não se exclua que possa haver efeitos terapêuticos em decorrência de sua ação.

17 Explicitamos aqui que se trata de uma referência à teoria do trauma elaborada por Freud, a qual afirmava que a neurose seria resultado de uma experiência traumática ocorrida na infância e o tratamento consistiria então em permitir o acesso a essa memória. Freud logo descarta essa teoria em prol da teoria da sexualidade infantil, a qual passa a valorar o relato não mais com o referente da realidade objetiva no senso comum, mas como ficção sustentada por uma fantasia inconsciente.

fracassada pela formalização, nos antípodas da ontologia, reafirmando a recusa a qualquer substancialização metafísica. O fundamento dessa escolha está na tese de que o inconsciente é um saber que não se sabe e sua incompletude não se atribui a impotência em superar a hiância entre um sujeito ignorante e um saber totalizante inacessível, mas a uma impossibilidade que se deve à castração como furo no saber, condição de possibilidade de uma práxis que não se reduza a uma forma de controle ou adaptação, sendo orientada para a transposição dos limites do conhecimento em que um novo saber possa advir.

A topologia, ciência das transformações contínuas e descontínuas em estruturas espaciais, das operações estruturais que engendram as superfícies, não seria justamente uma forma de tratar dos efeitos da estrutura sobre si mesma e suas incidências para o sujeito nela implicado, sem recorrer a qualquer entidade exterior a ela? Que a ‘topologia lacaniana’ como *slogan* possa servir a qualquer uso e abuso é fato, tal como qualquer outro significante, inclusive o da própria ética. No entanto, sustentamos que, se adotarmos rigorosamente a topologia como forma de articular problemas clínicos, a ética do analista consiste em um saber-fazer operações na estrutura que incidam na economia do gozo, convocando a uma mudança na posição subjetiva e propiciando a invenção de um saber inédito. De acordo com Lacan, não haveria “interpretação que não se refira à ligação entre aquilo que se manifesta de fala, no que vocês escutam, e o gozo. [...] uma interpretação analítica é sempre isso. Quer o benefício seja secundário ou primário, o benefício é de gozo” (LACAN, 2011, p. 26).

As constatações de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, de que o significante é diferente de si ou de que há um furo na imagem especular se afirmam por asserções aproximativas que podem ser entendidas como analogias ou metáforas, mas que possuem uma estrutura topológica passível de sofrer transformações e cuja especificidade é articular espaço, lugar e posições, configurando uma dinâmica. A topologia permite precisar os efeitos dessas transformações, já que se trata de procedimentos que modificam a estrutura. Algumas dessas operações, sem a topologia, só poderiam ser intuídas como descontinuidades, oposições, quando se trata principalmente de transformações contínuas que produzem uma diferença no seio do idêntico.

Se o conceito se impõe como um problema que Lacan busca solucionar com o recurso a topologia é justamente porque o conceito é uma abstração, enquanto a topologia articula em ato as transformações operadas na estrutura. Ao dizer furo, corte, inversão, ou passagem ao avesso, estamos no plano metafórico, esses conceitos ou noções são compreendidos de forma abstrata. Quando se diz que há um corte epistemológico ou um furo no saber, se trata de analogias que se referem a uma ruptura ou uma incompletude, respectivamente. Com a topologia somos obrigados a considerar que existem diferentes furos (o furo estrutural de um toro é diferente

do furo que causa descontinuidade em uma superfície), que os cortes podem ser redutíveis a um furo ou serem irredutíveis, que há múltiplas inversões possíveis (dentro/fora, direita/esquerda) e a verificar o efeito de determinadas operações que modificam as relações entre os elementos da estrutura, indo além do plano metafórico. Essas operações evidenciam o caráter fluxo de uma estrutura que não se deixa apreender em sua totalidade de uma só vez e essa mobilidade permite uma série de inversões impensáveis por um aparato conceitual abstraído da experiência comum, cujas coordenadas são dadas pela geometria euclidiana.

Referências bibliográficas:

- Almeida, Mauro W. B. de. 1999. Simetria e entropia: sobre a noção de estrutura de Lévi-Strauss. *Rev. Antropol.*, São Paulo, v. 42, n. 1-2, p. 163-197.
- Bairrão, José F. Miguel H. 2003. O impossível sujeito, volume I: implicações da irreduzibilidade do inconsciente. São Paulo: Edições Rosari.
- _____. 2004. O impossível sujeito, volume II: implicações do tratamento do inconsciente. São Paulo: Edições Rosari.
- Blasco, Josep Maria. 2015. Estrategias Imperiales. El abuso de las matemáticas en el psicoanálisis lacaniano, Barcelona: EPBCN Ediciones.
- Braunstein, Néstor. 2007. Gozo. São Paulo: Escuta.
- Darmon, Marc. 1994. Ensaio sobre a topologia lacaniana. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Dunker, Christian Ingo Lenz. 2002. O cálculo neurótico do gozo. São Paulo: Escuta.
- _____. 2011. Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento. São Paulo: Annablume.
- _____. 2015. Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo.
- _____. 2016. Apresentação. In: AFFONSO, Pedro Henrique Bedin. Contribuições à topologia lacaniana. São Paulo: Zagodoni.
- _____. 2017. O Esquecimento da Ontologia e as Tendências Metafísicas do Lacanismo Contemporâneo. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314180024_O_Esquecimento_da_Ontologia_e_as_Tendencias_Metafisicas_do_Lacanismo_Contemporaneo. Acesso em jul/2019.
- Freud, Sigmund. 1996. Além do princípio de prazer [1920]. Obras Completas, v. 18. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. 1996. Novas conferências introdutórias sobre psicanálise, 1933 [1932]. Obras Completas, v. 22. Rio de Janeiro: Imago.
- Gondar, Jô. 1995. Os tempos de Freud. Rio de Janeiro: Revinter.
- Gueller, Adela Stoppel de. 2005. Vestígios do tempo: paradoxos da atemporalidade no pensamento freudiano. São Paulo: Arte & Ciência.
- Iannini, Gilson. 2013. Estilo e verdade em Jacques Lacan. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Julien, Philippe. 1993. O Retorno a Freud de Jacques Lacan: A Aplicação ao Espelho. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Juranville, Alain. 1987. Lacan e a filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Korman, Victor. 2004. El espacio psicoanalítico: Freud-Lacan-Möbius, 1ª ed., Madrid: Síntesis.
- Lacan, Jacques. 1998. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. 2003. Outros Escritos. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. [1953-1954] 1985. Seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. 2008a. Seminário, livro 7: A ética psicanálise. Rio de Janeiro, Zahar.

- _____. 1961-1962. Seminário, livro 9: A identificação (inédito).
- _____. 2008b. 2ª ed. O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. 1964-1965. Seminário, livro 12. Problemas cruciais para a psicanálise (inédito).
- _____. 2008c. Seminário, livro 20: Mais, ainda. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. 2007. Seminário, livro 23: O sintoma. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. 1977- 1978. Seminário, livro 25: Le moment de conclure (inédito).
- _____. 1978-1979. Seminário, livro 26: La topologie et les temps (inédito).
- _____. 2011. Estou falando com as paredes: conversas na Capela de SainteAnne. Rio de Janeiro: Zahar.
- Mendes, Tássia Nogueira Eid. 2014. Lévi-Strauss e a tríade da estrutura: a linguagem, o simbólico e o inconsciente. Dissertação de Mestrado em Filosofia, Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade Federal de São Carlos.
- Milner, Jean-Claude. 1996. A obra clara: Lacan, a ciência, a filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Perez, Daniel Omar. 2012. O Inconsciente. Onde mora o desejo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Porge, Erik. 1994. Psicanálise e Tempo: o tempo lógico de Lacan. Rio de Janeiro: Campo Matêmico.
- _____. 2006. Jacques Lacan, um psicanalista: percurso de um ensino. Brasília: Editora universidade de Brasília.
- _____. 2009. Transmitir a clínica psicanalítica: Freud, Lacan, hoje. Campinas, Editora da Unicamp.
- _____. 2014. Fundamentos da clínica psicanalítica. Campinas, SP. Mercado das letras.
- Rona, 2012. Paulo Marcos. O significante, o conjunto e o número: a topologia na psicanálise de Jacques Lacan. São Paulo: Annablume.
- Teixeira, Antônio M. R. 1999. O topos ético da psicanálise. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.